

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**



**Revisitando Heleieth Saffioti**  
**A construção de um conceito de patriarcado**

**VIVIANE MODDA OLIVEIRA**

**São Carlos**  
**2019**

**VIVIANE MODDA OLIVEIRA**

**Revisitando Heleieth Saffioti: a construção de um conceito de  
patriarcado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de mestra em Sociologia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Inês  
Rauter Mancuso.

**São Carlos**

**2019**



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

### Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Viviane Modda Oliveira, realizada em 26/08/2019:

---

Profa. Dra. Maria Ines Rauter Mancuso  
UFSCar

---

Profa. Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos  
UNIFESP

---

Prof. Dr. Jorge Leite Junior  
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Renata Cristina Gonçalves dos Santos e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

---

Profa. Dra. Maria Ines Rauter Mancuso

## Agradecimentos

Para que esta pesquisa fosse possível, são muitos os nomes a agradecer. E farei questão de citar cada um, que direta ou indiretamente, contribuíram para a finalização deste texto.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Inês Rauter Mancuso, pela paciência, compreensão, estímulo e horas dedicadas à leitura, revisão e discussão do texto. Estendo este agradecimento à Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Aparecida de Moraes, pelas dicas de pesquisa e críticas ao projeto, que sempre foram de extrema importância. À banca do exame de qualificação, Prof. Dr. Jorge Leite Jr. e Prof.<sup>a</sup> Dra. Aline Suelen Pires pelas críticas que me deram um norte mais bem localizado e ideias novas. Agradeço a disposição e o empenho dos componentes da banca de avaliação final, ao Prof. Dr. Jorge Leite Jr. que aceitou o convite para continuar a avaliação, e, à Prof.<sup>a</sup> Dra. Renata Gonçalves, que exerce um trabalho de suma importância a respeito de Heleieth Saffioti na atualidade, e gentilmente aceitou o convite de prontidão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Carlos, por dar todo o subsídio intelectual a esta pesquisa, todos os professores e professoras que de alguma forma fizeram parte disto. Ao coordenador do programa do momento em que fui aluna deste curso de mestrado, Prof. Dr. Rodrigo Constantino, pelo apoio e compreensão. Aos meus colegas de curso, que seria injusto citar um nome em detrimento de outro, pois cada um/a esteve presente em algum momento, seja discutindo texto, apoiando psicologicamente, tomando um café, mandando mensagem no whatsapp ou comendo pizza em um sábado à noite para ajudar a desanuviar as ideias.

Agradeço especialmente ao meu grande amigo, Wellington Siqueira, também aluno deste programa em nível de doutorado, por todo o gigantesco apoio intelectual e psicológico neste processo. Não é qualquer pessoa que viaja para a cidade vizinha à noite para consolar e ajudar uma amiga desesperada com sua pesquisa a colocar as ideias no lugar, em um momento que só uma cabeça não consegue mais pensar. Para além do apoio intelectual e prático, sempre acreditou em mim e exaltava que eu seria capaz, me fazia lembrar da minha capacidade quando eu mesma já não

lembrava mais. Estendo este muito obrigada à sua companheira também, Ana Carolina Siani, que sempre foi compreensiva neste processo e também dava seus palpites e apoios nos áudios do whatsapp em momentos que eu mais precisei.

Ao meu companheiro e melhor amigo, Bolaxa, que há 5 anos discutia teoria feminista e teoria queer comigo por horas a fio, quando eu ainda estava na graduação em História. Por todo o imprescindível suporte emocional, capaz de me fazer dormir em dias de insônia com o conforto de seu colo e com a simples frase “vai dar tudo certo”. Agradeço também à minha grande amiga, Andressa Santos, por todo o apoio e convites para visitá-la em São Paulo, quando assistíamos RuPaul’s Drag Race em sua kit net ou bebíamos um litrão da cerveja mais barata nos botecos do centro velho, quando eu mais precisava descansar a mente e o corpo durante este processo.

Aos meus tios, Ednilson Oliveira e Ana Lúcia Paioni, pelo apoio financeiro no início de minha graduação, e por me receberem em sua casa nesse período. Sem os dois, eu jamais estaria aqui, neste momento da minha carreira acadêmica, tampouco teria sido possível ingressar em um curso de ensino superior.

Aos meus pais, Eduardo Oliveira e Virgínia de Lourdes Modda Oliveira, por todo amor e apoio incondicional. Sempre estiveram presentes de corpo e alma para minha realização profissional e acadêmica, sempre acreditaram em mim, mesmo quando a diretora da escola estadual que eu estudei não acreditava e desdenhava da minha vontade e determinação em ingressar na universidade pública. Defenderam-me como pais elefantes defendem a cria, mas sempre com bastante crítica e cobrança para que eu desse o melhor que podia ao mundo.

Dedico este trabalho inteirinho a você, minha mãe, “dona Virgínia”, sempre inteiramente responsável pela reprodução da vida e socialização desta que escreve a você, a mulher trabalhadora que, de longe, mais admiro neste mundo. Sua vida nunca foi fácil, e a leitura de Saffioti me fez lembrar muitas e muitas vezes das suas experiências de vida, o que, com certeza, me deu combustível para pesquisar e escrever.

Não foram poucos os momentos em que, em meio à leitura e análise dos textos, liguei para minha mãe contando alguma catarse que tive, lendo trechos de Saffioti para ela, e, mesmo sem nunca ter cursado ensino superior ou lido textos acadêmicos, dizia: “é isso mesmo, fia! Era assim mesmo naquela época...” e completava com algum “causo” de infância/adolescência que comprovavam com

muita inteligência e precisão a relação dessas lembranças com o texto. Dentre os mais emblemáticos, estão suas primeiras experiências remuneradas, ainda criança, aos 11 anos de idade: contava que, a grande maioria de suas professoras eram mulheres, e sempre buscavam por alguma aluna para trabalhar em suas casas como empregada doméstica. Trabalhou na casa de uma dessas professoras, enquanto cursava o 4º ano do ensino primário (na época, “grupo escolar”) e, apesar da relação bastante controversa deste caso, ganhou dela seu primeiro livro, lembrança que guarda com muito carinho. Ainda sobre suas memórias em relação à instrução feminina das décadas de 1960 e 1970, destaca que seu sonho era ser professora primária, mas o Curso Normal de sua cidade (Mococa/SP) só existia no período da manhã, sendo impossível sua realização. Estudou o ginásio todo à noite, com muito custo, enquanto trabalhava em período integral. Já atrasada em idade, ingressa no ensino técnico noturno, tendo como único curso disponível o de datilografia. Assim, entra para as estatísticas citadas por Saffioti, das tantas mulheres que, para “fugir” de uma situação mais precária, tem como via a única opção de mercado disponível à época para a maioria das mulheres: a de secretária, no setor comercial. A vida de Dona Virgínia, minha mãe, é a vida de muitas mulheres brasileiras oriundas da classe trabalhadora, da qual Saffioti se debruça em sua tese.

E, como não poderia deixar de citar, agradeço imensamente à própria Heleieth Saffioti, por sua contribuição imensurável à teoria feminista brasileira e aos estudos de gênero no país, além de seu caráter militante no movimento feminista. Eu não a conheci, mas o respeito que tenho pelo seu legado é gigantesco. Espero poder contribuir um pouco a esse legado com esta pesquisa, mesmo que o texto não tenha saído tão cristalino como gostaria (me parece que a pesquisa nunca acaba!).

Por fim, sou profundamente grata a todas as mulheres que vieram antes de mim na produção acadêmica feminista, na luta e na militância, às que lutaram e lutam ao meu lado e ainda às que virão depois de nós.

*“O cotidiano”  
Segunda-feira dia da dona de casa  
Ir pro tanque e botar a roupa pra quarar  
Entrar na cozinha e colocar o feijão pra cozinhar  
Levar os filhos pra escola, tem que levar e buscar  
Não esquecendo que mais tarde  
Tem que preparar o jantar  
Quando os filhos crescem ela prepara a marmita  
Pro vale-refeição o filho economizar  
Segunda-feira que dia corrido  
Só o congresso em Brasília que tá vazio  
São poucos os que vieram trabalhar  
Virgínia Modda*

***à minha mãe, Dona Virgínia, uma mulher  
trabalhadora e uma exímia escritora de poemas  
sobre a realidade da mulher brasileira.***

## Resumo

O livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* de Heleieth Saffioti (1969) é considerado um marco nos *estudos de mulher* no Brasil, sendo pioneiro e inaugurante de todo um campo de estudos na área da sociologia brasileira. Os desdobramentos teóricos que envolvem a referida tese de livre-docência da autora são vastos, bem como seu uso na teoria feminista, sendo tido como referência. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a pioneira obra de Heleieth Saffioti e sua contribuição, principalmente com o conceito de patriarcado, posto como embrionário nesta pesquisa. A metodologia utilizada é de caráter, principalmente, bibliográfico. A atualidade do livro será analisada nesta pesquisa, bem como inquietações provocadas pela mesma, e o não-esgotamento do tema central que é apresentado. Nesta pesquisa, faremos uma mobilização de conceitos dentro da área dos *estudos de gênero*, por meio de um debate contemporâneo com recorte de teóricas/os, visando compreender e interpretar as discussões a respeito do conceito de *patriarcado* na teoria sociológica: como foi utilizado pela autora e por teóricas e teóricos nas décadas de 1980 e 1990 e, atualmente, por diferentes perspectivas da teoria feminista.

**Palavras-chave:** Heleieth Saffioti; Teoria feminista; estudos de gênero; patriarcado; gênero e classe

## **Abstract**

The book *The Woman in the class society: Myth and reality* of Heleieth Saffioti (1969) is considered a milestone in women's studies in Brazil, pioneering and inaugurating an entire field of studies in the area of Brazilian sociology. The theoretical developments that involve the author's thesis of free-teaching are vast, as well as its use in feminist theory, being considered as a reference. The general objective of this research is to analyze the pioneering work of Heleieth Saffioti and its contribution, especially with the concept of patriarchy, post as an embryonic in this research. The methodology used is mainly bibliographical. The current of the book will be analyzed in this research, as well as concerns caused by it, and the non-exhaustion of the central theme that is presented. In this research, we will mobilize concepts within the area of gender studies, through a contemporary debate with a cut of theoreticians, to understand and interpret the discussions about the concept of patriarchy in sociological theory: as was used by the author and by theoretical and theoretical in the decades of 1980 and 1990 and, currently, by different perspectives of feminist theory.

**Keywords:** Heleieth Saffioti; Feminist theory; Gender studies; Patriarchate, Gender and class

## SUMÁRIO

Apresentação.....	10
Introdução.....	12
1. Capítulo 1 – Heleieth Saffioti como pioneira no feminismo marxista brasileiro.....	15
1.1 Sobre a autora.....	15
1.2 Reconhecimento entre os pares.....	22
2. Capítulo 2 – Análise da obra <i>A mulher na sociedade de classes</i> .....	30
2.1 Síntese da obra e uma breve análise sobre sua metodologia.....	30
2.2 Contexto da obra: Saffioti e o pensamento social brasileiro.....	47
2.3 Fator sexo x gênero.....	53
3. Capítulo 3 – O conceito de patriarcado.....	61
3.1 O conceito de patriarcado “embrionário” em <i>A mulher na sociedade</i> .....	61
3.2 O conceito de patriarcado em “O poder do macho”.....	70
3.3 Sobre o conceito <i>patriarcado</i> .....	73
Conclusões.....	83
Referências Bibliográficas.....	89

## Apresentação

Quando iniciei minhas leituras na área de *estudos de gênero* e teoria feminista, ainda na graduação, textos como *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica* de Joan Scott me chamaram a atenção, principalmente porque, naquele momento, estava cursando bacharelado e licenciatura em História na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Meu interesse pela teoria feminista veio tardia na graduação, já no penúltimo semestre. Diante de disciplinas optativas nas Ciências Sociais, ora como aluna regular, ora como ouvinte, comecei a me dedicar a uma literatura principalmente estadunidense. Deparei-me neste momento com textos sobre a questão da interseccionalidade na teoria feminista que acabaram por me fascinar. Concluí o curso de História em maio de 2015, continuei minhas leituras, e já me interessava em um possível mestrado em Sociologia na área de estudos de gênero.

Além da motivação científica para o tema e da aproximação cada vez maior com a Sociologia, a motivação veio também pela militância. No mesmo período, ainda estudante, me aproximei de coletivos feministas na periferia da cidade de São Paulo, que tinham, como objetivo, a formação e o acolhimento de mulheres trabalhadoras, especialmente, o Coletivo de “Forma-Ação” Anastácia Livre, que atuava naquele momento na Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo. Reuníamos-nos ora para discutir alguns textos escolhidos (incluindo, alguns de Saffioti), ora para oficinas de autodefesa com mulheres da comunidade, assim como o aconselhamento e acompanhamento político no caso de violência doméstica para essas mulheres, dado que algumas militantes do coletivo eram estudantes de Serviço Social e Direito.

Assim, fui apresentada para uma literatura feminista brasileira e, quando me chegou às mãos o livro de Heleieth Saffioti, encontrei um local de partida de diversos conceitos e ideias para o que eu havia lido sobre interseccionalidade, *gênero/classe/raça*, além do significado da práxis da militância. *A mulher na*

*sociedade de classes* foi a primeira tese a imbricar mulheres e classe sob uma perspectiva marxista, de maneira indissociável.

Quanto mais eu me dedicava aos estudos feministas, mais me parecia prudente e necessária uma pesquisa para recuperar, na atualidade, o debate de Heleieth Saffioti, por meio de uma revisão bibliográfica e mapeamento de conceitos na teoria sobre o feminismo. Assim, decidi por continuar os estudos na área de Sociologia, e não mais História, começando como aluna especial do programa de pós-graduação em sociologia da UFSCar, no qual tive contato com a Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso, que gentilmente se prontificou a me auxiliar (e, posteriormente, orientar), e acabei por submeter o projeto desta pesquisa ao processo seletivo do mestrado em sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

## Introdução

A escolha do tema de pesquisa a ser desenvolvida nesta dissertação se deu, como dito na apresentação, pelas inquietações provocadas a partir da leitura da obra de Heleieth Saffioti, que abordou, de maneira pioneira, no Brasil, questões que não foram ainda esgotadas pela pesquisa e teoria sociológicas. As relações de gênero (ou a condição da mulher) no capitalismo ocidental, mais especificamente, no Brasil, continuam despertando inquietações. A obra *A mulher na sociedade de classes* foi considerada, neste empenho, como um ponto de partida para a análise de um conceito muito utilizado na atualidade na teoria feminista: o conceito de patriarcado.

Dessa forma, esta pesquisa pretende analisar a atualidade teórica da obra para a teoria feminista, por meio de um debate contemporâneo com recorte de teóricas/os, principalmente focando nas disputas acerca dos conceitos. Quais questões teóricas contemporâneas podem ser movimentadas revisitando o trabalho da autora? Quais seriam as continuidades e os deslocamentos de tais questões?

Para tanto, far-se-á uma análise do conceito de patriarcado entendido como “embrionário” na tese de Heleieth Saffioti que teve, como objetivo principal, discutir a condição da mulher na sociedade de classes tendo, como ideia norteadora, a imbricação entre classe e gênero no capitalismo. Este assim chamado patriarcado embrionário dará o norte e o passo inicial da autora para seu maior salto teórico: a relação indissociável de patriarcado-racismo-capitalismo, apresentada no livro *O poder do macho*, que será discutida até o final de sua carreira.

A hipótese principal é de que em *A mulher na sociedade de classes* já se encontravam o embrião e as ideias principais que nortearam a utilização do conceito de patriarcado pela autora na teoria feminista brasileira. Discutir-se-ão, também, os diferentes usos do conceito de patriarcado na teoria feminista, com um recorte de autores/as, a fim de contextualizar a posição de Saffioti nesse

debate. Em seguida, apresentar-se-ão discussões sobre o conceito de *gênero* (que não é unívoco) ocorridas do final do século XX à atualidade; e a escolha conceitual de *fator sexo* por Saffioti em sua obra, como influência do feminismo francófono.

A pesquisa é bibliográfica e documental.

A bibliográfica foi realizada a partir de duas obras principais de Saffioti: *A mulher na sociedade de classes* e *O poder do macho*, e de obras publicadas de outros autores que ou se referiram ao trabalho de Saffioti ou discutiram o conceito de patriarcado. Esse conceito é, portanto, o que confere conexão de sentido entre as várias obras e as de Saffioti.

A documental se centra principalmente na entrevista concedida a Renata Gonçalves e Carolina Branco, publicada na revista *Lutas Sociais*, n. 27. Outros documentos, disponíveis *online*, foram consultados quando necessário elucidar algum ponto da entrevista. Dado o interesse das entrevistadoras, as informações permitem apreender o contexto intelectual da época em que Saffioti estudou e se tornou conhecida.

\*\*\*.

O texto desta dissertação está dividido em três capítulos. No primeiro se dedica à Heleieth Saffioti, considerada *como pioneira no feminismo marxista brasileiro*. No segundo, à *análise da obra A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. No terceiro, por fim, à *discussão do conceito de patriarcado*.

No primeiro capítulo, apresenta-se uma breve biografia da autora, contextualizando a escrita do livro *A mulher na sociedade de classes* em sua carreira acadêmica, compreendendo não apenas quem foi Heleieth Saffioti, mas quando e como se situa o seu trabalho, sob quais condições foi escrito, etc. Em seguida, foca-se o reconhecimento da autora entre seus pares na academia, na área de *estudos de gênero* e na teoria feminista.

No segundo capítulo, descreve-se e analisa-se a obra *A mulher na sociedade de classes*. No primeiro tópico, apresenta-se uma síntese da obra com destaque para sua perspectiva teórica. No segundo tópico, *Contexto da obra: A mulher na sociedade de classes e o pensamento social brasileiro*, situa-se a obra

no contexto histórico do pensamento social brasileiro. No terceiro tópico, *Fator sexo x gênero*, procura-se o contexto dos conceitos utilizados por Saffioti em sua obra, como, por exemplo, *fator sexo* e *relações sociais de sexo*. Assim, introduz-se a discussão sobre a análise dos conceitos de *gênero* e *sexo*, tanto as mudanças ao longo de sua carreira acadêmica como na teoria feminista e no campo dos *estudos de gênero*.

No terceiro e último capítulo, foca-se o conceito de patriarcado. Primeiro, como ele aparece de forma embrionária na obra referida; segundo, como o conceito de patriarcado aparece no livro *O poder do macho*, da mesma autora, fazendo assim, um comparativo do conceito de patriarcado em Heleieth Saffioti, como esse se movimenta a partir da embrionária concepção em *A mulher na sociedade de classes* até *O poder do macho*, demonstrando de que forma a autora foi pioneira e já concebia suas principais ideias em *A mulher na sociedade de classes*, livro referência desta pesquisa. Por último, discutem-se os diferentes usos do conceito *patriarcado* na teoria feminista, tanto como conceito analítico, quanto como conceito político, a partir uma análise histórico metodológica.

## Capítulo 1

### Heleieth Saffioti, pioneira no feminismo marxista brasileiro

Neste primeiro capítulo, introduz-se a pesquisa apresentando Heleieth Saffioti, recuperando sua biografia e contextualizando a escrita da obra *A mulher na sociedade de classes* em sua carreira acadêmica. O objetivo é compreender quando e como se deu o seu trabalho. Em um segundo tópico, foca-se o reconhecimento de sua obra entre os pares na teoria feminista e na área de *estudos de gênero*, além de algumas breves passagens a respeito de como seus principais objetivos são tratados na teoria feminista contemporânea.

#### 1.1 Sobre a autora

Como se afirmou, neste tópico se utilizou, em especial, a entrevista realizada com Saffioti por Renata Gonçalves e Carolina Branco e publicada em fevereiro de 2011 pela revista *Lutas Sociais*. Esta revista, criada em 1996, é produzida pelo Núcleo de Estudos e Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade de São Paulo. A revista “se volta para o debate sobre questões relevantes das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia”.

A entrevista é um registro da memória de Saffioti, no que se refere à sua formação e atuação intelectual. A memória é seletiva: o que se traz do passado resulta dos estímulos do presente e se é reelaborado a partir das experiências vividas até o presente. Assim, é um passado iluminado pelo presente, revisto a partir das experiências vividas e pensadas até o momento em que se fala “daquilo que foi” (Halbwachs, 1952). Portanto, o interesse da revista e o das entrevistadoras configuram o quadro social no qual se estimulou a rememoração de Saffioti. O rememorado, publicado pela revista, traz a marca dos interesses das entrevistadoras.

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (1934-2010) é uma socióloga brasileira reconhecida por legitimar o campo de *estudos de gênero*<sup>1</sup> no Brasil a partir de sua tese de livre-docência, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, defendida em 1967 e publicada em 1969, pela editora Quatro Artes. A segunda edição, com texto inalterado, aconteceu em 1975, pela Editora Vozes. Orientada por Florestan Fernandes, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, sua tese consiste na análise minuciosa da condição da mulher na sociedade de classes, em constante transformação; com especial atenção à condição da mulher brasileira.

Saffioti ingressou no ginásio, no Instituto de Educação “Caetano de Campos”, em 1948, aos 14 anos.

Em 1948, o ensino primário tinha quatro anos de duração e era seguido do ensino ginasial também com quatro anos. Na sequência vinha o curso colegial, com três anos de duração. Ginásio e colegial, segundo a Reforma Capanema de 1942, conformavam o ensino secundário.

O colegial apresentava duas opções: o clássico e o científico. O primeiro, pretendia-se, seria centrado em Letras e Filosofia; o segundo, em Matemática e nas Ciências Físicas e Biológicas. Como opção ao colegial havia o chamado Curso Normal, criado em 1835 com o objetivo de formar professores para atuar no magistério do ensino primário. Assim era chamado pois normalizava (padronizava) procedimentos para a educação de crianças em todo o território nacional. A terminalidade e a possibilidade de trabalho em período parcial tornavam o curso atraente para as mulheres: o trabalho em tempo parcial não conflitava com o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças, tradicionalmente concebidos como responsabilidade das mulheres. Além disso, o curso permitia continuidade. Na carreira de normalista, terminado o curso normal, havia três possibilidades de continuidade por mais alguns anos de duração: Administração, para poder trabalhar na direção das escolas primárias; Especialização, para poder trabalhar com crianças com menos de sete anos (no Jardim de Infância e no Pré primário); Aperfeiçoamento. Era possível, também,

---

1 Ainda não existente naquele período, sendo conhecido como *Estudos de mulheres*.

continuar os estudos em nível superior. Saffioti optou pelo Curso Normal ao concluir o ginásio.

Aos 18 anos, trabalhava de dia como secretária e estudava à noite na Escola Normal da Praça (Ainda no Instituto de Educação “Caetano de Campos”, que oferecia o curso normal), iniciando seus estudos na área de educação e, por muitas vezes, dando aulas particulares nas horas livres entre um emprego e outro.

Heleieth, após terminar o curso normal, continuou no Aperfeiçoamento, concluindo-o em 1954 (aos 20 anos de idade) em primeiro lugar o que lhe deu direito a uma cadeira prêmio<sup>2</sup>, isto é, a uma cadeira efetiva como professora primária. Isto era significativo na época. Depois de concluído o curso normal, as pessoas precisavam, para ter direito a uma cadeira – um posto fixo de trabalho – prestar concurso de provas e títulos. Uma das atividades que lhes dava pontos que permitiam melhorar a classificação e, portanto, ampliar as possibilidades de escolha, era trabalhar como professora substituta. As escolas, geralmente, tinham um grupo constante e presente, durante o período de aulas, de professoras substitutas, que cobriam eventuais faltas de professores vitalícios que eram responsáveis por uma classe de alunos. O trabalho só era remunerado se a substituição de fato ocorresse: ficava-se à disposição da escola, portanto, pela possibilidade de aumentar o número de pontos e melhorar a possibilidade de escolha. Concluir o curso em primeiro lugar significava não passar por todo este processo, pois o prêmio era a titularidade de uma cadeira, isto é, de um posto de trabalho como professora primária.

Heleieth trabalhou pouco tempo como professora primária, pois prestou o vestibular na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1956, aos 22 anos. Segundo ela, àquela época, “O Curso Normal era regido por legislação especial. Só dava direito ao vestibular para os cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais. Tive o bom senso de escolher este último” (SAFFIOTI, 2011, p. 147).

---

<sup>2</sup> Informação fornecida pela própria autora no texto “Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de ‘A mulher na sociedade de classes’”, publicado por Renata Gonçalves e Carolina Branco na Revista Lutas Sociais, nº 27.

A Universidade de São Paulo foi criada em 1934. Reuniram-se as faculdades e institutos de ensino existentes e abriu-se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que oferecia as matérias básicas para todos os cursos. Desde sua criação, portanto, a formação de professores foi um objetivo importante da Faculdade. Para a consolidação das Ciências Sociais à época e para a formação de professores na área, foram básicas as missões francesas, que vieram de 1934 até 1957.

Em 1956 casou-se com o professor e químico Waldemar Saffioti, bacharel em Química pela USP em 1942. Em 1960, o professor foi contratado para reger a cadeira de Físico-Química e Química Superior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, na época faculdade isolada.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara foi criada em 1957 pelo Governo do Estado de São Paulo. Era governador o sr. Jânio Quadros. No mesmo ano foram criadas as faculdades de Assis, Rio Claro, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. Era levada, assim, ao interior a possibilidade de continuidade de estudos em nível superior até então quase que totalmente circunscritos à Região Metropolitana (Martinez Correa, 2019). No ato de sua criação, sublinhava-se que elas representassem, para os municípios, a ação de agentes culturais capazes de proceder a transformações de largas proporções.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara começou a funcionar dois anos depois da criação com os cursos de Pedagogia e Letras. Em 1963 começou a funcionar o curso de Ciências Sociais.

Em 1960, Heleieth formou-se em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Apenas dois anos depois, iniciou sua carreira acadêmica como professora universitária, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (Hoje, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), a convite de Luiz Pereira.

Os primeiros anos foram de trabalho intensíssimo. No início de 1963, começou a funcionar as Ciências Sociais [...] Aí foi duro porque havia quatro anos de Sociologia em Pedagogia, um em Letras. [...] Quer dizer que em 1963, eu já tinha seis cursos anuais de trabalho, sozinha. (SAFFIOTI, 2011, p. 73).

Saffioti contou que poucas referências chegavam ao Brasil neste período, principalmente sobre estudos de mulheres e teoria feminista, em meio a recursos muito limitados a xerox de textos e poucas edições<sup>3</sup>.

Nas cidades do interior, a situação de acesso ao livro se complicava por conta da falta de livrarias. Os livros podiam ser encomendados aos donos de livrarias e papelarias que periodicamente iam a São Paulo. Mesmo a reprodução de textos era trabalhosa. Havia o mimeógrafo a álcool que reproduzia textos a partir de uma matriz, chamado de estêncil, no qual se datilografa o texto ou se o escrevia a mão. Mais tarde surgiu a reprodução a tinta, usando papel apropriado no qual se datilografava o texto. As teclas acionadas movimentavam tipos que, ao serem acionados, escreviam o texto perfurando, na forma das letras, o papel apropriado. Pela perfuração, a tinta passava, reproduzindo o texto datilografado.

Em 1961, foi publicada a coletânea de textos, organizada por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, *Homem e Sociedade*; em 1964, organizada por Luiz Pereira e Marialice Mencarini Foracchi, *Educação e Sociedade*. Uma e outra visavam suprir a carência de textos para a área. As duas coletâneas foram publicadas pela Companhia Editora Nacional.

Além do trabalho de docência e da dificuldade de acesso a referências de literatura, Saffioti contou, na entrevista à *Revista Lutas Sociais*, que os professores contratados deveriam defender o doutorado até dezembro de 1966, do contrário não seriam recontratados. Segundo ela, naquela época, os cursos de pós-graduação não estavam muito organizados. Ela iniciou então um curso de especialização com o Prof. Octávio Ianni mas foi impedida de continuar dada a carga de trabalho. O doutorado era defendido no modelo francês.

*A mulher na sociedade de classes* é oriunda de estudos anteriores sobre trabalhadoras têxteis e professoras de ensino primário<sup>4</sup>, em um projeto de pesquisa que escrevera em 1963. Quando, em 1964, ocorreu o golpe militar no

---

3 Novamente, informação fornecida pela própria autora no texto “Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de ‘A mulher na sociedade de classes’”, publicado por Renata Gonçalves e Carolina Branco na *Revista Lutas Sociais*, nº 27.

4 Informação fornecida pela própria autora no texto “Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de ‘A mulher na sociedade de classes’”, publicado por Renata Gonçalves e Carolina Branco na *Revista Lutas Sociais*, nº 27.

Brasil, Saffioti decidiu “ir direto para o doutorado porque isto [era] ainda possível” (SAFFIOTI, 2011, p. 74).

Sobre o período da ditadura militar, a autora contou que ensinava o que sabia de marxismo, promovia debates sobre a conjuntura política em sua sala de aula, e continuou dando suas aulas da mesma maneira. “Não adocei nada, não camuflei nada, eu nem conhecia a linguagem eufemística, para dizer a verdade. Sempre fui muito boca-rotta, sempre disse tudo que pensava, continuei assim.” (SAFFIOTI, 2011, p. 78.). Afirmou, ainda, que a decisão de fazer o doutorado veio, inclusive, por ser mulher e marxista em meio a um regime ditatorial:

Um pouco antes do 31 de dezembro de 1966, eu sentei e falei ‘agora eu tenho que parir uma tese; porque sendo mulher e marxista, eles vão me botar na rua, óbvio. Os homens não precisam fazer e os não-marxistas tampouco, mas eu tenho que fazer!’. (SAFFIOTI, 2011, p. 75).

Inscreveu-se, então, para o doutorado na Universidade de São Paulo com o professor Florestan Fernandes como orientador. Conta que seu orientador não permitiu que ela defendesse um doutorado: exigiu que fosse uma tese de livre-docência. Criticou duramente seu texto, e Saffioti não compreendia como defenderia uma tese de livre-docência para uma banca de professores altamente gabaritados<sup>5</sup>. Aceitou, porém, o desafio, incorporou algumas críticas de Florestan ao seu texto, outras defendeu como acreditava, e novamente apresentou o texto ao orientador. Não bastando ter ido direto à livre-docência com a sua tese *A mulher na sociedade de classes*, Florestan Fernandes a criticou por ter incorporado a parte III do trabalho à livre-docência, quando poderia ter “guardado”.

A banca escolhida por Saffioti era composta por Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Ruy Coelho, Gioconda Mussolini e Luiz Pereira.<sup>6</sup> Dado o contexto da época, o Conselho Estadual de Educação censurou a formação da

---

<sup>5</sup> SAFFIOTI, 2011, p. 150.

<sup>6</sup> “Originalmente, a presente publicação constituiu o trabalho com o qual conquistei, em maio de 1967, o título de docente-livre da Cadeira de Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Integram a Comissão Examinadora de Concurso os professores Antonio Candido de Mello e Souza, Clemente Segundo Pinho, Florestan Fernandes, Heraldo Barbuy e Ruy Galvão de Andrada Coelho”. (SAFFIOTI, 2013, p. 35).

banca: Heleieth Saffioti era considerada comunista e seria avaliada por uma banca comunista<sup>7</sup>. Substituíram Gioconda Mussolini e Luiz Pereira por Clemente Segundo Pinho e Heraldo Barbuy que, segundo Heleieth, era um professor *reaça* das Ciências Econômicas (SAFFIOTI, 2011, p. 77). Nessas condições, ela defendeu sua tese de livre-docência em 1967, intitulada *A mulher na sociedade de classes*, que é publicada em 1969 pela primeira vez pela Editora Quatro Artes, São Paulo.

Não se pode deixar de lado o caráter militante de Heleieth Saffioti, que sempre se refletiu em seu trabalho científico, estendida das salas de aula, corredores da universidade, aos movimentos sociais, dos quais sempre foi próxima, mesmo que a eles não estivesse filiada.

Me identifico muito com alguns movimentos, me dou muito bem com as militantes do GELEDÉS<sup>8</sup> e do Fala Preta<sup>9</sup>, recebendo, muitas vezes, pedidos delas para eu escrever mais sobre racismo, porque dizem que sou a feminista que mais abordou esse problema, desde o início, porque, no primeiro livro, eu já abordava essa questão. (SAFFIOTI, 2011, p. 155).

Saffioti se definiu como feminista e marxista durante toda a sua vida acadêmica. Concluindo sua breve biografia, a autora disse, nas duas entrevistas aqui citadas publicadas em 2011, que ainda defendia a tese central de *A mulher na sociedade de classes*, fazendo apenas alguns reparos e que a redigiria em linguagem simples para que fosse compreendida por todas as mulheres.

---

7 SAFFIOTI, 2011, p. 76.

8 Geledes – Instituto da Mulher Negra é uma organização política brasileira de mulheres negras contra o racismo e sexismo [...] Seu nome deriva do conceito de geledé, sociedades secretas femininas na cultura ioruba. Criada em 1988. (pt.m.wikipedia.org) endereço do site da organização: <https://www.geledes.org.br>

9 Fundada em abril de 1997, a missão da Fala Preta! é promover o desenvolvimento humano sustentável buscando a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, especialmente a discriminação étnico-racial e de gênero, com base nos princípios éticos da igualdade, equidade e justiça, na promoção da qualidade de vida e no respeito aos direitos humanos e reprodutivos.(www.scielo.br)

## 1.2 Reconhecimento entre os pares

*A mulher na sociedade de classes* tem sido reconhecida na academia tanto na teoria feminista, como na área de *estudos de gênero*.

O livro *A mulher na sociedade de classes*, da socióloga Heleieth Saffioti, publicado em 1969, é considerado um marco nos estudos feministas no Brasil. Nas palavras de Helena Hirata (2013)<sup>10</sup>: “inaugura as pesquisas feministas na área de ciências sociais no Brasil, sendo até hoje de grande atualidade, pois serve de inspiração e de incentivo à ação para as novas gerações do século XXI”.

De acordo com Renata Gonçalves (2013)<sup>11</sup>, em seu texto de Introdução na 3ª edição da obra de Saffioti<sup>12</sup>:

O livro que foi e é reconhecido como pioneiro ao analisar a situação das mulheres como um “efeito” da sociedade de classes, não surgiu pronto e acabado; é parte da trajetória desta intelectual que ousou inaugurar a produção de uma teoria feminista fora dos grandes centros do saber instalados nos países de capitalismo avançado. (GONÇALVES *in* SAFFIOTI, 2013, p.11).

No cenário internacional, a obra também é reconhecida como pioneira. Raewyn Connell (2015)<sup>13</sup> coloca a obra da autora brasileira como “o primeiro grande avanço teórico do novo feminismo”<sup>14</sup>:

---

10 Helena Hirata é diretora de pesquisa emérita do Cresppa-GTM-CNRS na França. Citação retirada da contracapa da 3ª edição de “*A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*” de Heleieth Saffioti, publicado em 2013 pela editora Expressão Popular, em São Paulo.

11 Professora da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista. Coordenadora, na mesma instituição, do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti, criado em 2011.

12 GONÇALVES, Renata. *O pioneirismo de A mulher na sociedade de classes*. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

13 Socióloga da área de estudos de gênero, especialmente em estudos sobre *masculinidades*, professora emérita da Universidade de Sydney.

14 CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Versos, 2015.

Em 1969, o trabalho pioneiro de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes*, foi publicado em São Paulo. O livro apresenta uma teorização marxista-feminista sofisticada sobre o sexo como forma de estratificação social e um balanço detalhado e embasado em estatísticas da divisão sexual do trabalho, da economia política da família e da educação das mulheres. Realiza uma abordagem histórica da subordinação das mulheres e da emancipação, analisa a influência conservadora da Igreja Católica e traz uma discussão brilhante sobre a economia sexual da sociedade colonial no Brasil. (CONNELL; PEARSE, 2015, p.134.)

A socióloga australiana, referência contemporânea internacional no campo de *estudos de gênero*, escreve seu livro *Gênero: uma perspectiva global* em 2002. O pioneirismo da obra de Heleieth Saffioti torna indispensável sua análise sociológica ainda nos dias atuais, no campo da teoria feminista, quando o cerne da discussão são conceitos como *fator sexo, gênero e patriarcado*.

Na chave da metodologia utilizada por Saffioti (1969), Connell (2015) analisa a obra como:

Sua visão sobre a estratificação de gênero sublinha a necessidade do controle social na sociedade capitalista. Ela foi influenciada pelo marxismo estruturalista de Paris, muito em voga nos anos 1960, mas também utilizou argumentos dos economistas da dependência sul-americanos como Celso Furtado, preocupados com a desigualdade global e em como um desenvolvimento econômico autônomo poderia ser realizado. Nada assim sofisticado veio dos primórdios do Movimento pela Libertação das Mulheres no Norte Global, onde o ponto de vista comum sobre a política se baseava em uma imagem dicotômica do poder. (CONNELL; PEARSE, 2015, p.135).

Sobre as *relações de gênero, classe e raça/etnia* na contemporaneidade, primeiramente se revisita a obra de Saffioti sobre a questão do *trabalho feminino* nas sociedades capitalistas.

O capitalismo incorporou o trabalho feminino como forma de “libertação”, porém, as *relações sociais de sexo* (termo utilizado no livro objeto desta pesquisa) na *divisão sexual do trabalho* colocam a mulher em uma posição subalterna, como “exército de reserva”. Partindo dessa premissa, apresentam-se, a seguir, alguns trabalhos contemporâneos na teoria sociológica a respeito do *trabalho feminino e as relações de gênero, raça e classe*.

Jules Falquet<sup>15</sup>, no texto *Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação?* (presente no livro *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*, organizado por Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi), chega à mesma conclusão de Heleieth Saffioti em *A mulher na sociedade de classes*. Para Falquet (2016), apoiada num quadro teórico feminista materialista, as condições para as mulheres no mercado de trabalho pouco mudaram:

A crise econômica profunda e prolongada que afeta a maioria dos países veio lembrar que o mercado de trabalho não tinha se tornado nem um pouco mais acolhedor para a maioria das mulheres não privilegiadas por “raça” e “classe” do planeta. No que concerne ao confinamento espacial, embora algumas mulheres tenham cada vez mais liberdade e dinheiro para circular, viajar ou fazer turismo, o crescente endurecimento das leis migratórias internacionais [...] ilustra muito claramente as novas modalidades do confinamento espacial de acordo com as velhas lógicas heterossexuais, sexistas, classistas e coloniais. (FALQUET, 2016, p.42).

Acrescenta, na conclusão:

Os conceitos feministas materialistas de apropriação das mulheres e da amálgama conjugal constituem ferramentas particularmente poderosas para pensar as transformações neoliberais atuais do trabalho. Eles permitem decifrar a lógica global oculta pelo despedaçamento das análises do trabalho “desamalgado” das mulheres. [...]

Contudo, a classe de mulheres não é apropriada de maneira monolítica. Para aquelas que, nessa classe, não são privilegiadas por “raça” e classe, as mudanças são mínimas: elas continuam a transitar entre apropriação individual e coletiva, chegando a “preferir” às vezes a apropriação individual, embora sejam frequentemente empurradas na direção da apropriação coletiva pelo sistema jurídico e pelas necessidades de mão de obra das outras categorias sociais. [...] Medir avanços para as mulheres apenas com a régua unívoca e restritiva do “gênero”, negligenciando as relações de “raça” e classe, só pode induzir ao erro. (FALQUET, 2016, p.45).

---

15 Jules Falquet é socióloga e pesquisadora da División de Desarrollo Social, Comisión Económica para a América Latina (Cepal). Sua linha principal de pesquisa é mercado de trabalho, desigualdade social e relações de gênero. Publicou, entre outros, *Uma década de promoção do trabalho docente no Brasil* (OIT, 2015). In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Em relação às posições de Saffioti à luz da teoria feminista contemporânea, reafirma-se a dificuldade (ou impossibilidade) em dissociar gênero e classe, nesta dissertação considerada como o eixo principal de sua obra. Os conflitos gerados são inerentes ao modo de produção capitalista, segundo Saffioti. Assim sendo, a inferiorização da mulher nesse processo está intrinsecamente ligada à estrutura do capital.

Pois bem, o capitalismo e o patriarcado travam uma relação alinhada entre gênero e classe, ainda que os estudos econômicos tenham desconsiderado e tratado o fenômeno de formação da pobreza ou de classe de forma homogênea. (NOBRE, 2002, p.13 apud BITTENCOURT, 2015, p.12)

Saffioti, no livro *A mulher na sociedade de classes*, refuta essa ideia de homogeneidade:

O encaminhamento teórico das questões postas pelo cruzamento no modo de operação e das relações entre a determinação comum sexo e a determinação essencial do sistema capitalista de produção – a divisão da sociedade em classes sociais – impunha que se revissem, criticamente, os dois tipos correntes de abordagem dos problemas femininos [...]. (SAFFIOTI, 2013, p.40)

Portanto, identificamos a influência da obra da autora tanto em Nobre (2002), quanto em Zirbel (2007) e Bittencourt (2015), autoras do campo dos estudos feministas no Brasil, que têm como eixo central a correlação gênero/classe por uma perspectiva marxista.

Assim como em muitas áreas do conhecimento, a economia como disciplina, segundo Bengoa (2014, p. 30), é cega para as questões de sexo/gênero, ao não incluir em sua estrutura analítica os trabalhos que estão fora dos limites do mercado. Uma das controvérsias observadas por alguns estudos é de que as questões de sexo/gênero ficam em um “nicho analítico” da literatura feminista, trazendo à luz propostas mais abrangentes sobre a realidade social. Portanto, cabe uma análise sobre a perspectiva feminista na economia, e também sobre as correntes feministas que questionam as economias de mercado e a atuação política, ou seja, o feminismo marxista e materialista.

A proposta política da economia feminista integra todos os trabalhos necessários para a subsistência, o bem-estar e a reprodução social, tendo como fundamento incorporar o trabalho doméstico não assalariado como parte do circuito econômico, visibilizar o trabalho de cuidados e seu significado e coloca como objetivo o cuidado da vida, e não o benefício privado. É uma crítica à visão hegemônica da economia do conceito de *trabalho* como sinônimo de atividade resultante da venda da força de trabalho. (BENGOA, p. 25). O trabalho produtivo (mercado) e o trabalho reprodutivo (cuidados) são separados no capitalismo, e o segundo é considerado uma tarefa feminina e sem valorização. Não é uma questão apenas de visibilizar: trata-se de considerar o trabalho reprodutivo como parte do trabalho produtivo.

Para a economia feminista, o trabalho doméstico é fundamental no desenvolvimento da vida e indispensável para a subsistência, assim como trabalhos considerados duros e desagradáveis (por exemplo, a limpeza noturna de espaços públicos) (BANGOA, p. 29). O segundo tipo de trabalho citado, mesmo na economia de mercado, é desvalorizado. No primeiro, não há valorização nenhuma, por não ser considerado como categoria econômica e nem se quer ser denominado de *trabalho* (*Ibidem*, p. 29).

Aqui, cabe discutir um conceito-chave da literatura feminista, a *divisão sexual do trabalho*, que pode ser definido como:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher). (KERGOAT, 2009, p. 67).

E, ainda,

Estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

O termo *divisão sexual do trabalho* foi muito bem cunhado pela teoria feminista na década de 1970, e elucida a situação precária da mulher no modo de produção capitalista, além de trazer a perspectiva de hierarquização e separação entre os sexos, indo além da esfera econômica e analisando as relações sociais, ou *relações sociais de sexo*, as quais envolvem as questões socioculturais.

Segundo Saffioti, *relações sociais de sexo* é um conceito utilizado pelo feminismo francófono (SAFFIOTI, 1992). Explica, no texto referido<sup>16</sup>, que para essas feministas francesas, o termo *relações sociais de sexo* não se inscreve puramente no terreno biológico, mas se encontra na elaboração social, que não naturaliza sexo, e sim o compreende como processos de caráter histórico.

Nos estudos sobre *economia solidária* que fizeram um encontro com a teoria feminista, destaca-se o artigo de Hillenkamp:

Esse horizonte estabelece uma distância com certas correntes feministas e se aproxima com outras, em particular o feminismo marxista, que analisa as condições materiais da dominação patriarcal, os mecanismos de reprodução das desigualdades e as relações sociais que sustentam a prosperidade capitalista. Enquanto algumas correntes consideram a emancipação pautada no assalariamento ou ao menos nas atividades remuneradas, outras procuram que fosse revalorizado o trabalho invisível das mulheres excluídas, repensando assim a questão teórica do valor. (HILLENKAMP et al.; 2017, p. 47).

Obviamente, por ter sido escrito em 1967, a obra de Heleieth Saffioti necessita de discussões contemporâneas, porém, pode-se encontrar, na gênese de seu trabalho, uma saída para as mulheres na economia capitalista, ainda que, para a autora, não exista a possibilidade de saída dentro da lógica do modo de produção capitalista. Para Saffioti, a saída está na destituição do sistema capitalista de produção, porém, com ressalvas de que não é apenas econômico o problema das mulheres no referido sistema, sendo necessária uma

16 SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

desmistificação dos padrões sociais e culturais no qual as mulheres estão inseridas.

A própria ideia de “conciliação” dos trabalhos doméstico e produtivo, que Helena Hirata e Danièle Kergoat trarão como um problema em 2007, já são apontados por Saffioti como uma não-saída para a exploração das mulheres. Entender a divisão sexual do trabalho e a economia feminista de maneira que separe o trabalho produtivo do reprodutivo é cair em uma armadilha: como se o trabalho reprodutivo fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Essa premissa está presente algumas vezes até mesmo nas ciências sociais quando se naturaliza sexo/gênero e as atividades humanas. É comum falar-se em trabalho masculino e trabalho feminino, por exemplo. Quebrando essa tradição, chega-se à concepção de *divisão sexual do trabalho*.

Atualmente, as chamadas *novas configurações da divisão sexual do trabalho* trazem novos problemas para as mulheres. As que trabalham e investem em suas carreiras acabam sendo obrigadas a transferir o trabalho doméstico para outras mulheres mais pobres. Essas, por sua vez, contam com a ajuda de mulheres de sua família para a criação de seus filhos. Portanto, a chamada “conciliação”, ou a solução dada pelo capitalismo às mulheres, não resolve a questão inicial: as mulheres estão terceirizando o trabalho doméstico transferindo-o para outras mulheres e, dessa forma, continua a rodar o ciclo da pobreza na mão das mulheres.

Dessa forma, não se consegue dar uma saída para as mulheres dentro da lógica de mercado capitalista, até porque o sistema capitalista adquire novas configurações sempre de forma a alijar o trabalho feminino. Uma das saídas encontradas na economia feminista é justamente a ideia de que o trabalho produtivo e o reprodutivo não podem estar dissociados.

Diante da nova divisão internacional do trabalho, das políticas de austeridade e também da urgência ecológica, a questão da articulação entre produção e reprodução se mantém extremamente atual, ao mesmo tempo em que admite formas inéditas. [...] Ao mesmo tempo, observam-se também iniciativas inovadoras que buscam compartilhar, revalorizar e também des-domesticar as atividades de reprodução – no sentido de tirá-las da esfera doméstica -. Essa “des-domesticação” pode tomar duas formas: a organização das atividades de reprodução de uma maneira original, ou a instauração de formas inéditas de produção e de relação ao trabalho – a economia plural mencionada na primeira parte – que facilitam igualmente as atividades de reprodução. Desta forma, essas atividades não se realizariam no âmbito das relações sociais de tipo doméstico, sem com isso realizarem-se no âmbito das relações sociais capitalistas. Assim, oferecem alternativas às duas armadilhas recorrentes da esfera reprodutiva: por um lado a gratuidade e por outro a mercantilização. (HILLENKAMP et al., 2017, p. 52).

O conceito de *classe* também é heterogêneo e está em constante transformação, segundo Mirla Cisne em sua tese de doutorado *Feminismo e Consciência de classe no Brasil*. “Classe tem ‘raça’, etnia e sexo [...] e dessa forma não podemos compreender o sistema capitalista apenas por meio da explicação dos fatores que constituem a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas”. (CISNE, 2014)

Se considerarmos que são pessoas reais que corporificam a classe, não podemos negar a existência de componentes como sexo e “raça”/etnia nas relações de classe, já que, assim como a classe, as pessoas não são homogêneas, ainda mais em uma sociedade desigual. Da mesma forma, não podemos negar o componente classe nas relações sociais de sexo e étnico-raciais. (CISNE, 2014, p.23).

Portanto, as *relações sociais de sexo* estabelecem a desigualdade entre homens e mulheres, mesmo quando colocados em “uma mesma classe”, como entende Saffioti, perspectiva também discutida por Mirla Cisne.

## Capítulo 2

### **Análise da obra *A mulher na sociedade de classes***

Este capítulo analisa *A mulher na sociedade de classes* especificamente. Em um primeiro momento, far-se-á uma breve discussão da teoria marxiana, metodologia utilizada por Saffioti. Depois, uma breve síntese do livro, com o objetivo de apresentar o conteúdo do objeto desta pesquisa.

Em um segundo tópico, situa-se *A mulher na sociedade de classes* no pensamento social brasileiro.

#### **2.1 Síntese da obra e uma breve análise sobre sua metodologia**

A obra de Saffioti, *A mulher na sociedade de classes* (1969), é fruto de sua tese de livre-docência, orientada por Florestan Fernandes, oriunda de estudos anteriores sobre trabalhadoras têxteis e professoras de ensino primário<sup>17</sup>, e tem como objetivo explicar a situação da mulher na sociedade capitalista. O pressuposto básico é de que: “a situação da mulher na sociedade capitalista é encontrável através da análise das relações entre o *fator natural sexo* e as determinações essenciais do modo capitalista de produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 507), sendo os conflitos gerados pelo *fator sexo* inerentes à ordem social competitiva. Portanto, a questão central em seu trabalho, defendida por toda sua carreira acadêmica, é a tese de que “classe e gênero são construídos simultaneamente ao longo da história” (SAFFIOTI, 1992, p. 195). Para realizar o objetivo, dados empíricos usados procuram demonstrar que as sociedades competitivas possibilitam a manutenção dos preconceitos contra a mulher e sua marginalização na vida econômica.

Na Introdução, Saffiotti afirma

---

17 Informação fornecida pela própria autora no texto “Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de ‘A mulher na sociedade de classes’”, publicado por Renata Gonçalves e Carolina Branco na Revista Lutas Sociais, nº 27.

As categorias de sexo são [...] aqui consideradas meramente como categorias sociais formadas a partir de um status fundamental igual, ou seja, o sexo. Enquanto tais, elas cobrem toda a extensão de uma sociedade, cruzando, pois, com a divisão desta em classes antagonicamente situadas no sistema produtivo de bens e serviços, o que torna difícil distinguir nelas aquilo que tem origem em si próprias e o que emana da necessidade de o sistema manter seu padrão de equilíbrio. (p.45)

Duas observações se impõem:

1) O reconhecimento de uma dupla dimensão do *fator sexo*: sexo enquanto categoria social (enquanto, portanto, construção social), e sexo, enquanto *fator natural*. Mannheim (1982, p. 72), em 1952, discutiu uma questão semelhante: as gerações. Afirmou:

Não fosse pela existência de interação social entre seres humanos, pela existência de uma estrutura social definida, e pela história estar baseada em um tipo particular de continuidade, a geração não existiria como um fenômeno de localização social; existiria apenas nascimento, envelhecimento e morte. O problema sociológico das gerações, portanto, começa nesse ponto onde é descoberta a relevância sociológica dos fatores biológicos.

A Sociologia tem reconhecido essa relevância. Em *O suicídio*, Durkheim trabalha sexo e idade (indicador de geração) como fatos sociais, isto é, como feitos sociais (o que é construído nas relações sociais).

2) A utilização da expressão gênero social para distinguí-lo de sexo biológico (sublinha-se a utilização do adjetivo biológico) surgiu em 1955, com o sexólogo norte-americano John Money. Sua utilização, porém, se generalizou a partir da década de 70 do século XX. <sup>18</sup>

Os objetivos específicos podem ser encontrados em citações da própria autora na introdução da obra: “expor as flagrantes incongruências entre um mundo em mudança e ideias consagradas sobre a condição da mulher nas sociedades competitivas” (SAFFIOTI, 2013, p. 33); “apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classes de modo a alijar, da estrutura ocupacional, grandes contingentes de elementos do sexo feminino” (SAFFIOTI, 2013, p. 39); e

---

<sup>18</sup> A propósito, cita-se o texto de Mariza Correa “não se nasce homem”, por ocasião da morte de David Reimer, ([www.clam.org](http://www.clam.org))

Desvendar as verdadeiras raízes deste alijamento justificado ou em termos de uma tradição conforme a qual à mulher cabem os papéis domésticos ou, de maneira mais ampla, todos aqueles que podem ser desempenhados no lar, ou por teorias cujo conteúdo explicita pretensas deficiências do organismo e da personalidade femininos. (SAFFIOTI, 2013, p. 39).

As justificativas presentes em sua introdução são políticas – *denunciar* (SAFFIOTI, 2013, p. 34) as condições precárias da situação das mulheres nas sociedades de classe – e teóricas:

A condição da mulher brasileira e sua evolução ao longo da história não foram ainda estudadas, como também sofreram o impacto da ação do centro hegemônico do capitalismo internacional, quer no sentido de confinar a mulher aos padrões domésticos de existência, quer dando-lhe consciência, através do feminismo, da necessidade de emancipar-se economicamente. (SAFFIOTI, 2013, p. 42).

Segue-se:

Encaminhamento teórico das questões postas pelo cruzamento no modo de operação e das relações entre a determinação essencial do sistema capitalista de produção – a divisão da sociedade em classes sociais – impunha que se revissem, criticamente, os dois tipos correntes de abordagem dos problemas femininos. (SAFFIOTI, 2013, p. 40).

Acrescenta-se a disposição de “desmistificar e questionar a capacidade instrumental das ciências humanas afirmadoras do status quo capitalista para solucionar problemas sociais gerados por essa ordem.” (SAFFIOTI, 2013, p. 47).

A autora utiliza de métodos de análise de dados, pesquisa documental e bibliográfica, tecendo uma profunda e complexa análise sobre a condição da mulher na sociedade de classes, mais especificamente no Brasil, analisando instituições como a Igreja, a Família, a Colônia, o Império, a República, o Trabalho e a Educação, tendo como arcabouço teórico a ideia de *mística feminina*<sup>19</sup>, que se refere à mistificação e naturalização da condição e socialização feminina como inferiorizada. Importante lembrar que Heleieth Saffioti é uma autora marxista e

---

19 Para maior compreensão sobre a “mística feminina”, buscar a obra “*La femme mystifiée*” de Betty Friedan, citada na bibliografia de “*A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*” (SAFFIOTI, 2013, p. 521).

que, em sua análise, tal ideia nunca está desassociada da classe, nem das relações no sistema capitalista. A metodologia utilizada no trabalho descrito, portanto, tem caráter teórico-metodológico baseado na dialética marxista<sup>20</sup>.

A obra é dividida em três partes: parte I: *Mulher e capitalismo*; parte II: *Evolução da condição da mulher no Brasil* e parte III: *A mística feminina na era da ciência*.

Para apresentar metodologia utilizada por Heleieth Saffioti é necessário, primeiramente, recorrer à metodologia do próprio Marx.

Marx se dedicou ao estudo da sociedade burguesa, tendo, como problema central, a consolidação e o desenvolvimento dessa sociedade, fundada no modo de produção capitalista, ou seja, é uma análise da sociedade capitalista considerando sua estrutura, dinâmica e contradições (DUAYER, 2011, NETTO, 2011; ARON, 2000).

Para Marx, todas as formas de relações sociais – jurídicas, políticas, sociais – têm raízes nas condições materiais de vida. Assim sintetiza:

Na produção social que os homens realizam, entram eles em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento de suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social. [...] Não é a consciência dos homens que lhes determina a realidade objetiva, mas, ao contrário, a realidade social é que lhes determina a consciência. (MARX IN BOTTOMORE et. al., 1964, p. 63).<sup>21</sup>

“O objeto nesse caso é, primeiramente, *a produção material*. Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada.” (MARX, 2011, p. 39). Essa citação ao início da introdução dos *Grundrisse*, ou *Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, já indica uma ruptura com o

---

<sup>20</sup> Sobre o método em Marx, consultar a obra “*Para a crítica da economia política: manuscrito de 1861-1863*”, Karl Marx, Editora Autêntica, 2010.

<sup>21</sup> MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. IN BOTTOMORE. T.B. e RUBEL, M. (org.) *Sociologia e Filosofia social de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

naturismo e levanta a hipótese de uma sociedade determinada historicamente a partir da sua produção material, entendida como a produção dos meios de subsistência que dependem, em primeiro lugar, “da natureza dos meios de subsistência que eles tem de reproduzir.”

A escolha da leitura dos *Grundrisse* para analisar as questões metodológicas de sua obra se deu pelo reconhecimento de seus leitores e intérpretes como um momento raro em que Marx deixa explícitos a construção e o fio condutor de sua metodologia, sendo os *Grundrisse* o princípio da consolidação teórica de *O Capital*, da gênese ao colapso (DUAYER, 2011; NETTO, 2011).

Para situar o método de Marx, é produtivo partir do pressuposto de seu entendimento de teoria e ciência em si, já que se está lidando aqui com a leitura de suas ideias em um manuscrito que posteriormente viria a ser trabalhado em *O Capital*.

Como se a dissociação não fosse passada da realidade aos livros-texto, mas inversamente dos livros-texto à realidade, e como se aqui tratasse de um nivelamento dialético de conceitos e não da concepção de relações reais! (MARX, 2011, p. 45.)

Teoria, na visão marxiana, é o conhecimento do objeto tal como ele é, na sua representação do *real*, o movimento do *real* pelo pesquisador através da teoria, fazendo um caminho de volta entre sua representação ideal nas ideias e à sua essência (sua dinâmica e estrutura):

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade de diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida da intuição e da representação. [...] as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto. [...] Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação. (MARX, 2011, p. 54-55).

Portanto, é uma concepção de teoria e a criação de um método teórico oposto ao hegeliano. “A teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto” (NETTO, 2011, p. 25).

É importante se entender a diferença entre método de exposição e método de pesquisa. O primeiro tem como objetivo apresentar os *resultados* da pesquisa incorporadas, no caso, a uma teoria social marxiana. O segundo trata dos instrumentos e técnicas utilizados para a investigação: análise documental, formas de coleta de dados, tipo de pesquisa etc. O que interessa aqui é o método de exposição marxiano, para situar-se posteriormente a metodologia marxista utilizada por Saffioti em *A mulher na sociedade de classes*.

Importante salientar também o caráter não apenas economicista da teoria de Marx, o que seria uma leitura muito equivocada. Segundo Gorender, na apresentação da edição brasileira de 1996 do Volume 1 de *O Capital*:

Em particular, essas obras desmentem a frequente acusação ao economicismo marxiano. Nelas, são realçados não só fatores econômicos, mas também fatores políticos, ideológicos, institucionais e até estritamente concernentes às pessoas dos protagonistas dos eventos históricos. (GORENDER, 1996, p. 14).

Voltando aos *Grundrisse*, o próprio Marx dá um exemplo bastante claro da subjetividade da produção, levando em consideração seus aspectos políticos e ideológicos:

Assim como o consumo deu ao produto seu fim como produto, a produção dá o fim do consumo. Primeiro, o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado que deve ser consumido de um modo determinado, por sua vez mediado pela própria produção. Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores. [...] A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos. (MARX, 2011, p. 47).

A metodologia utilizada por Saffioti em *A mulher na sociedade de classes* tem um caráter teórico-metodológico da dialética marxista. Sua importância e justificativa são explicitadas pela autora logo na nota preliminar de seu livro, ao citar Goldman:

Empregada heurísticamente no enfoque dinâmico da realidade social, a dialética marxista constitui a perspectiva mais ampla, capaz de compreender a perspectiva conservadora como “fenômeno social e humano, identificar sua infraestrutura e iluminar, por uma crítica imanente, suas consequências e seus limites”. (SAFFIOTI, 2013, p. 48).

Assim, toda sua tese será embasada na ideia de que a situação das mulheres de forma alijada no modo de produção capitalista e na sociedade de classes é um *efeito* da própria sociedade de classes. “A tese central é a de que o modo de produção capitalista alija força de trabalho no mercado, especialmente feminina.” (SAFFIOTI, 2013, p. 153) Nas conclusões de seu trabalho, aponta que a ideia norteadora da obra é que “a explicação da situação da mulher na sociedade capitalista é encontrável através da análise das relações entre o *factor natural sexo* e as determinações essenciais do modo capitalista de produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 507). Assim, Saffioti também compartilha do método de partir do todo concreto, e, pelas abstrações feitas através de interpretação dos dados empíricos retornar para esse todo concreto, reconstruído pelo pensamento.

Os conflitos, portanto, são gerados pela própria ordem social competitiva. A autora se debruça sobre a situação da mulher, especificamente, seguindo um raciocínio teórico essencialmente marxista, de que: a estrutura social explica o fenômeno da exploração e determina a autodestruição do capitalismo; pois o capitalismo produz contradições e essas mesmas contradições darão fim a ele mesmo, sendo, assim, inerente o conflito.

Saffioti, tanto em entrevistas como explicitamente em seu texto, coloca a problemática da mistificação da categoria *mulher* como inferior na sociedade de classes, a partir de uma leitura do *modo de produção capitalista* (M.P.C.) ou *sistema capitalista de produção*:

Duas ambições são aqui alimentadas: uma, de natureza teórica; outra, inscrita no nível prático. O encaminhamento teórico das questões postas pelo cruzamento no modo de operação e das relações entre a determinação comum sexo e a determinação essencial do sistema capitalista de produção – a divisão da sociedade em classes sociais – impunha que se revissem, criticamente, os dois tipos correntes de abordagens; a segunda, à escolha de subsistemas componentes do sistema inclusivo do capitalismo internacional capazes de permitir, a um só tempo, a retenção das determinações genéricas do capitalismo sob a forma peculiar que assumem em cada concreção histórica desse tipo estrutural e, num processo de retomada dessas determinações em nível mais concreto, a recomposição do sistema inclusivo, de modo a poder-se desvendar, nesta unidade atualmente indivisível, seu núcleo integrador e universalizador de técnicas materiais e sociais configuradas de um estilo de vida. (SAFFIOTI, 2013, p. 40)

A respeito do *modo de produção capitalista*, o manual escrito por Márcia Gardênia Monteiro de Oliveira e Tânia Quintaneiro pode dar uma primeira ideia de análise:

Segundo Marx e Engels, o modo de produção capitalista estende-se a todas as nações, constringidas a abraçar o que a burguesia chama de “civilização”. A premência de encontrar novos mercados e matérias-primas e de gerar novas necessidades leva-a a estabelecer-se em todas as partes. (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 2002, p. 48)

Portanto, faz bastante sentido que Saffioti tenha utilizado como método e fio condutor o modo de produção capitalista.

Voltando à Marx, mas agora partindo de seu prefácio da primeira edição do livro 1 de *O Capital*, o mesmo coloca o modo de produção capitalista como o principal objetivo: “O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação.” (MARX, 1996, p. 130). Assim, é bastante óbvio que a autora, sendo marxista e utilizando este método em sua teoria, colocasse a ótica do modo de produção capitalista como central.

Torna-se mais claro a sociologia marxista de Saffioti, ao explicitar, na parte I de seu livro, *Mulher e capitalismo*, a implantação do modo de produção capitalista e seus efeitos sobre a força de trabalho:

A implantação do modo capitalista de produção, operando através de um mercado de bens e serviços, exige a igualdade de *status* jurídico entre os homens. A possibilidade de se porem os homens no mercado como livres vendedores de sua força de trabalho é condição da apropriação, sob forma de lucro, da mais-valia relativa gerada pelo trabalho do produtor imediato. Essa liberdade formal, portanto, encontra sua contrapartida na divisão da sociedade em classes sociais e, conseqüentemente, na dominação de uma por outra. O modo antiético de produção capitalista nega, pois, a cada instante, a liberdade jurídica que ele próprio criou em benefício de si mesmo. Na igualdade formal entre os homens, toma corpo, então, a contradição fundamental da sociedade de classes cujas forças produtivas, aí compreendidas as relações de produção, contradizem, a cada passo, sua expressão superestrutural. Se a desigualdade de *status* jurídico dos membros das sociedades pré-capitalistas dissimula o fundamento econômico de sua divisão em castas ou em estamentos, a liberdade formal dos membros das sociedades capitalistas camufla o peso real dos fatores naturais que cada *socius* carrega no processo social da competição. (SAFFIOTI, 2013, pp. 107 – 108.).

Em seguida, Saffioti especifica sobre a situação da mulher na sociedade de classes:

A conservação de sistemas de valores originados em estruturas sociais anteriores permitiria às sociedades de classes utilizar de modo diverso a força de trabalho feminina. Esta seria livre apenas na medida em que essa liberdade constituía condição *sine qua non* para a determinação da força de trabalho da mulher enquanto mercadoria. (SAFFIOTI, 2013, p. 108).

Sobre o conceito de mercadoria, em *O Capital*<sup>22</sup>, Marx afirma que: “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer.” (MARX, 2013, p. 127). A sociedade capitalista opera como uma “imensa coleção de mercadorias”, e a mercadoria é a forma elementar da sociedade burguesa.

A força de trabalho das mulheres, assim como a dos homens, só seria constituída enquanto *mercadoria* na sociedade de classes, mas, ainda assim, segundo Saffioti, pela forte influência de tradições anteriores e da *mística feminina*, continuaria sendo usada de diversas maneiras que não propriamente

---

22 MARX, K. “A Mercadoria” in *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: E-books da Boitempo Editorial, 2013.

livre. Assim, a situação da mulher na sociedade de classes é produto das próprias contradições do capitalismo e de sua relação com o feminino, e de formações sociais anteriores<sup>23</sup>.

Importante acrescentar que Saffioti analisa também a perspectiva socialista sobre a situação da mulher, e conclui que, no comunismo, as mulheres não se configurariam como *mercadoria*, como se configuram na sociedade de classes. Por mercadoria aqui entende-se tanto a concepção marxista propriamente dita, quanto as questões socioculturais que envolvem a *mística feminina*.

Para Saffioti, a primeira opressão de classe é a do sexo feminino pelo sexo masculino, assim como para Marx. Assim, para ela, Marx já propunha uma solução para o problema da mulher em sua obra. A raiz do problema da mulher está na constituição do capitalismo portanto a solução estaria na destituição completa do sistema capitalista<sup>24</sup>. Não há, para ela, possibilidade de encontrar soluções permanentes para as mulheres no sistema capitalista de produção<sup>25</sup>, já que o capitalismo implica na estagnação da mão de obra feminina<sup>26</sup>. Basicamente, o trabalho feminino é visto no modo de produção capitalista como *subsidiário*, e a marginalização das mulheres na economia encontra justificativa (racional-irracional<sup>27</sup>) no papel tradicional feminino. Utilizando-se do conceito de mais-valia de Marx, a autora explica que, sendo o trabalho feminino marginalizado no capitalismo, o *quantum* de mais-valia aumenta significativamente, sendo esta a consequência dos menores salários para o contingente femininos<sup>28</sup>; além de que a concepção do trabalho feminino como subsidiário favorece a *aceitação* desses menores salários<sup>29</sup>. A autora explicita também, nas conclusões de seu livro, que oferecer às mulheres condições ideais para que a mesma concilie as atividades de reprodutora e socializadora das crianças e suas atividades ocupacionais

---

23 SAFFIOTI, 2013, p. 108.

24 *Idem*, p. 117.

25 *Idem*, p. 332.

26 *Idem*, p. 196.

27 Faz-se uma prerrogativa racional irracional do alijamento das mulheres nas forças produtivas, como coerente ao capitalismo. Para mais informações sobre essa concepção: SAFFIOTI, 2013, p. 330.

28 SAFFIOTI, 2013, p. 343.

29 *Idem*, p. 345.

significa um “tiro no pé” para o próprio capitalismo<sup>30</sup>. Por conta disso, a situação marginalizada da mulher é inerente ao modo de produção capitalista.

Para Saffioti, portanto, não se pode analisar a sociedade de classes, nem as contradições inerentes a ela, sem analisar a questão da mulher, de forma *conjunta* fator sexo/classe, e não de formas separadas. É este o salto teórico que a autora traz para sua tese.

Na parte I do trabalho, *Mulher e capitalismo*, a autora introduz o tema a partir de uma análise e discussão teórico-metodológica dialética sobre a situação da mulher nas sociedades competitivas de capitalismo avançado e no Brasil (*capitalismo periférico*), demonstrando como nos dois casos o modo de produção capitalista alija e marginaliza a condição feminina. O objetivo não almeja a simples comparação entre as duas situações, nem a análise profunda das sociedades pré-capitalistas ou socialistas, mas utiliza da discussão para endossar seu objetivo principal.

Saffioti aponta as contradições próprias da condição das mulheres no capitalismo em análise às formações sociais anteriores, sendo a condição das mulheres nas sociedades competitivas, além de suas inerentes e próprias questões, influenciadas pelo histórico-social que antecede à formação do capitalismo (SAFFIOTI, 2013, p. 108). A sociedade de classes aloca a mulher em desvantagem, por discriminação, pelo mito da força física. A autora traz percepções biológicas sobre a força física da mulher.

Em sua análise sobre a perspectiva socialista, Saffioti cita Fourier e seus ideais de libertação da mulher (SAFFIOTI, 2013, p. 103), além da concepção de Marx de que o problema das mulheres é estrutural, não cabendo reformas no sistema capitalista, mas sim a sua destruição por completo como solução (*idem*, p. 117).

A autora afirma que não é apenas a propriedade privada a fonte de opressão das mulheres, como Engels coloca em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, mas a opressão deriva também da socialização e da cultura. Sendo assim, somente abolir a propriedade privada não seria suficiente para solucionar os problemas das mulheres, como se pensava em experiências

---

<sup>30</sup> *Idem*, p. 510.

socialistas no século XX. A mentalidade de inferiorização da mulher vai além do plano econômico: faz parte também da *mística feminina*; a emancipação social da mulher é complexa demais para se dar apenas no fator econômico.

Saffioti aponta também as soluções feministas ao problema da mulher, fazendo uma análise das propostas e do concreto. A autora escreve que o feminismo ressurgirá aliado ao socialismo utópico no século XIX, sendo fator contraditório que os próprios socialistas utópicos excluíram o problema da mulher de suas teorias. Cita Flora Tristán<sup>31</sup> como intelectual que rompe com essa lógica, vinculando teórica e concretamente a questão da mulher ao socialismo; no entanto, não consegue unir o *fator classe* ao *fator sexo*, tratando-os como separados na sociedade de classes. Assim, a análise de Flora Tristán é insuficiente para o problema da mulher na sociedade de classes.

*La voix de la femme*<sup>32</sup> é um exemplo citado pela autora de organização feminista provinda das próprias operárias, levando a questão para além do sufrágio feminino.

A análise de Saffioti sobre as experiências socialistas é a de que o feminismo se esvaiu, posto que, mesmo com a necessidade óbvia da análise de classe e sexo; o socialismo acreditou que a mulher já estaria inclusa na revolução e não necessitaria de uma “luta à parte”<sup>33</sup>.

Para a autora, o fracasso do feminismo nesse sentido teria sido a expressão de uma visão parcial e deformada da sociedade burguesa. A ascensão social da mulher é uma ameaça aos ideais pequeno-burgueses, não sendo possível a visão do problema da mulher dentro de uma lógica burguesa ou reformista, e o

---

31 Flora Tristán (Bordéus, França-1803-1844) foi uma escritora e ativista socialista franco-peruana. Ela fez contribuições importantes para a teoria feminista inicial e argumentou que o progresso dos direitos das mulheres estava diretamente relacionado com o progresso da classe trabalhadora. (pt.m.wikipedia.org)

32 *La voix des femmes* foi um jornal feminista parisiense mais tarde uma organização dedicada à educação e ao avanço dos direitos das mulheres. O jornal foi editado por Eugene Niboyet e publicado diariamente a partir de 1848 [...] Com a popularidade inicial do jornal, logo se tornou uma associação oficial com proeminentes membros tais como Jeanne Deroin, Pauline Roland [...] Colaborações masculinas eram bem-vindas e entre elas estava o poeta Victor Hugo. Membros do *A Voz das Mulheres* não questionavam que o papel das mulheres fosse eminentemente doméstico ou materno. Ao contrário, tentavam usar a importância desse papel como justificção para aumentar a seguridade financeira, seguridade no trabalho, educação, direitos de propriedade voto das mulheres. *A Voz das mulheres* fechou em 1852.

33 A exemplo de Louise Michel (SAFFIOTI, 2013, p. 167).

socialismo sendo levado a essa análise apresenta uma deformidade pequeno-burguesa, excluindo as pautas feministas<sup>34</sup>. Apesar de todos os avanços conquistados pelo movimento feminista, o feminismo pequeno-burguês não encara a igualdade entre os sexos como função de uma sociedade estrutural que nega essa igualdade, ou seja, a sociedade de classes; e assim, se acomoda nas classes médias. Para Saffioti, não há possibilidade de uma perspectiva feminista que não vincule as relações sociais de sexo e classe.

Na parte II de seu trabalho, *Evolução da condição da mulher no Brasil*, Saffioti faz uma minuciosa pesquisa bibliográfica e documental, além da análise e interpretação igualmente minuciosa de dados, sobre os aspectos históricos e atuais da condição da mulher no Brasil. Em relação à formação da economia brasileira, aponta as interpretações errôneas da historiografia brasileira ao comparar a condição da mulher brasileira com a economia feudal, na perspectiva de uma escala evolutiva do sistema *escravocrata-feudalista-capitalista*. Faz-se necessário analisar cada contexto histórico-social, não se limitando a comparações, como é o caso brasileiro, a fim de obter uma análise de qualidade sobre a situação da mulher brasileira.

O Brasil sempre apresentou importante papel no capitalismo e na economia mundial, sendo periférico à ordem internacional. O período escravocrata traz características próprias ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sendo a escravidão considerada um obstáculo ao desenvolvimento pleno do capitalismo. Desde o período colonial/escravocrata, a estrutura de poder no Brasil forma-se em caráter *patriarcal-patrimonial*, sendo a mulher escravizada mais explorada do que o homem escravizado: exerce funções de trabalhadora, reprodutora da força de trabalho, e o papel sexual na sociedade de castas.

Neste período, constitui-se a família patriarcal, sendo o casamento a única carreira possível para as mulheres. A socialização objetiva a submissão da mulher. A desintegração da ordem escravocrata tampouco desencadeia a emancipação feminina; as mulheres não tinham o direito à propriedade, o que marca profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira.

---

<sup>34</sup> Caso de Bebel na Alemanha em 1865 (*idem*, p. 185).

Aos fins do século XIX e início do século XX, na Europa, a industrialização e a urbanização acarretaram mudanças na família e na educação das mulheres; trazendo-as à vida pública nas fábricas, comércios e escritórios; porém, não transformam substancialmente a tradição da família patriarcal, apesar de o processo de mudanças ser desencadeado com transformações culturais, principalmente no que diz respeito à instrução das mulheres.

Sobre a instrução feminina no Brasil, Saffioti também faz uma análise histórico-social desde os períodos da colônia e do império, até os dias atuais. No período colonial, segundo ela, a educação jesuítica doutrina as mulheres ao sedentarismo, à submissão e à restrição cultural, considerando a timidez e a ignorância como características femininas e firmando bases na formação da família patriarcal. A vinda da corte ao Brasil (a interiorização da metrópole<sup>35</sup>) trouxe algumas poucas oportunidades de instrução laica às mulheres; porém, o ensino era lastimável e concentrava-se no ensino primário: primeiras letras, e funções de cozer e bordar.

A falha de um ensino segregado, que exigia que as professoras fossem mulheres, piora a situação das mesmas colocando-as como incompetentes legalmente. As mulheres não estariam preparadas para lecionar por mera falta de instrução que lhes foi negada e, contraditoriamente, responsabilizadas por este fracasso. Já as escolas normais e os magistérios foram uma das poucas oportunidades de continuação dos estudos para as mulheres, já que as escolas secundárias eram voltadas ao casamento e habilidades domésticas. A implantação de escolas normais, como se pensa, não foi obra de ideias liberais: essas escolas foram implantadas para suprir a falta de professoras no ensino segregado moral e católico.

O baixo nível da educação feminina era defendido com bases morais e sociais de preservação da família patriarcal. A solução, para as correntes de pensamento da fase pré-republicana, seria estabelecer a família com base em um contrato social e sexual em detrimento de sua ideia como constituição sagrada.

---

<sup>35</sup> Para maior compreensão sobre a historiografia do período, buscar a obra “A interiorização da Metrópole e outros estudos”, de Maria Odila Leite da Silva Dias.

Assim, a educação feminina visaria atingir um estágio superior de organização social, pensamento esse influenciado pelo pensamento liberal estrangeiro.

Em 1930, a grande maioria de estudantes dos cursos pedagógicos e artístico liberais eram mulheres. Esses cursos representavam atividades menos valorizadas socialmente. Até este período, as mulheres não haviam penetrado no ensino superior com significância: os cursos normais não tinham caráter de cursos superiores, mas sim de ensino profissionalizante que só valeria para a profissão de professora de ensino primário – sendo este ainda escasso na década de 1930, não trazendo grandes contingentes de mulheres à profissionalização. As mulheres procurariam pelos cursos normais muito mais em razão de enriquecimento cultural do que efetivamente de profissionalização. A partir de 1942<sup>36</sup>, as normalistas poderiam entrar em cursos superiores, mas somente nas áreas de pedagogia, letras, geografia e história – o intuito era estimular as mulheres ao magistério de grau médio. Assim, a sociedade decide pelas áreas em que as mulheres poderiam atuar.

Em 1967, ano em que Saffioti escreve sua tese, a autora elucida que a equiparação de sexos nos cursos médios é algo muito recente. A realização de tais cursos dependia de fatores econômicos. O número de mulheres no Ensino Superior cresceu em 1960 graças à criação das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, fundadas em número significativo de 1950 a 1960. (SAFFIOTI, 2013, p. 324). Mesmo assim, ocorreu muita evasão escolar das moças durante a década de 60 por um estímulo ao casamento. Outro fator que impediria as mulheres de estudar seriam as atividades terciárias: com o advento da urbanização na década de 60, a profissionalização feminina para as atividades terciárias tornou-se prematura.

Sobre a força de trabalho feminina no Brasil, Saffioti aponta que o fator *sexo* age como fato discriminatório de estratificação social, assim como o fator *raça*, conformando-se o domínio das camadas privilegiadas. A autora aponta que o capitalismo desenvolvido faz crer, ilusoriamente, que a inserção das mulheres no mercado de trabalho é um sinal de desenvolvimento econômico-social. Seria

---

<sup>36</sup> Lei Orgânica do Ensino Secundário (decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942 – Reforma Gustavo Capanema, citada por Saffioti em “*A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*” na página 320.

ilusório, pois o trabalho feminino é considerado *subsidiário*, desenvolvendo as economias cíclicas, marginalizando as mulheres e vitalizando os setores da economia considerados mais apropriados à atividade feminina. Segundo Saffioti, indo além na interpretação, não há possibilidade de encontrar soluções permanentes às mulheres na sociedade capitalista; e, na realidade, quem ascende socialmente com o trabalho feminino são os membros masculinos das famílias, e não as mulheres.

Dados de 1872 apontam que 45,5% da força de trabalho era feminina, sendo 33% no setor de serviços domésticos – a totalidade das mulheres nesse setor era de 81,2% (SAFFIOTI, 2013, p. 335). Analisando os fatores histórico-sociais, Saffioti elucida que pós-primeira guerra a mão de obra masculina é selecionada. Pós 1930, a industrialização tampouco aumentou a mão de obra feminina, crescendo o padrão doméstico até 1940. De 1940 a 1950, a participação feminina no setor terciário sobe. Já na década de 1960, especialmente no governo Juscelino, há um aumento significativo da mão de obra feminina com a industrialização no período, atingindo 17,9% do total da mão de obra do país.

Com estes dados, a autora conclui que a marginalização das mulheres na economia tem justificativa no papel tradicional feminino formado no Brasil. Analisando o desenvolvimento pleno do capitalismo no Brasil, a autora também conclui que há uma redução significativa no trabalho da mulher entre 1872 e 1960 – sendo essa uma característica brasileira como economia periférica do capitalismo internacional – e a “sociedade tradicional” brasileira contribui para este fato. A concepção do trabalho feminino como subsidiário favorece a aceitação dos menores salários. Justificam-se, na economia capitalista, os menores salários no trabalho feminino pelo aumento do *quantum* de mais valia. Portanto, o desenvolvimento econômico e os grandes contingentes femininos na mão de obra não alteram a situação dos baixos salários das mulheres na sociedade de classes (SAFFIOTI, 2013, p. 343).

A partir da pergunta sobre a possível alteração da situação da mulher no mercado de trabalho da segunda metade do século XX para os primeiros anos do século XXI, alguns dados foram observados para o Brasil, para 2018 (IBGE, SIS). Do total da população na força de trabalho (ocupados mais desocupados –

peças que não trabalham e procuraram trabalho), 55% eram homens e 45% mulheres. O número de homens na força de trabalho representava 73% da população de homens em idade ativa; o número de mulheres na força de trabalho, 53% da população de mulheres em idade ativa. Isto é, proporcionalmente mais mulheres do que homens nem trabalhavam nem procuraram trabalho. Do total da população ocupada, 57% era constituída de homens e 43% de mulheres. Do total de população desocupada, isto é que não trabalhavam e procuravam trabalho, 48% era constituída de homens e 52% de mulheres. Isto é, a desocupação (também conhecida como desemprego) atinge mais as mulheres. Esses dados demonstram que do ponto de vista do mercado de trabalho e comparativamente a situação da mulher pouco se alterou de 1960 para 2018.

Sobre as manifestações feministas no Brasil, Saffioti denuncia o caráter liberal das organizações – com a ideologia estrangeira liberal sendo importada, exclui-se a análise aprofundada da situação social do Brasil e gera uma simples imitação de movimentos reformistas e revolucionários estrangeiros, sendo os primeiros superficiais por não analisarem a sociedade estruturalmente como uma sociedade de classes. A defesa dos interesses femininos caracteriza-se, assim, pela subordinação à burguesia empresarial<sup>37</sup>.

Na parte III de sua obra, *A mística feminina na era da ciência*, a autora faz uma análise sobre o processo de racionalização da sociedade, das ciências humanas como fornecedoras de subsídios à mística feminina por meio de hipóteses e erros científicos de descobertas para a reinterpretação social – e se debruça, por essa análise, na crítica à psicanálise ortodoxa freudiana e à antropologia de Margaret Mead.

Saffioti aponta que a psicanálise se debruça em ajustamentos inadequados, estados patológicos e fatores sexuais; tendo a teoria freudiana um grande impacto sobre a moral social. A teoria freudiana contribui para manter mitos sobre a mulher, limitando a mudança dos papéis sociais femininos: destinando a mulher à sua anatomia, analisada por Freud como um defeito, encarada como complexo

---

<sup>37</sup> Como é o caso da licença-maternidade, que só pagaria 1/3 de salário às operárias, causando uma exploração ainda maior e beneficiando a burguesia empresarial. (SAFFIOTI, 2013, p. 368).

de castração pela falta e inveja do pênis. Os traços de “personalidade feminina” seriam encarados por Freud como uma compensação de seu defeito anatômico. Aqui, Saffioti se aproxima um pouco das análises de Foucault sobre o caráter biologizante da psicanálise.

A respeito da antropologia de Margaret Mead, a principal crítica de Saffioti à sua teoria seria a de que a obra de Mead tem consequências contraditórias. O relativismo cultural teve muita importância nos estudos sobre cultura, mas traz carga negativa às mulheres: denuncia esquemas estratificatórios, mas não desvenda o esquema de estratificação social e a estrutura de classes. Assim, a teoria teria um caráter reformista<sup>38</sup>.

A obra *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1969) de Heleieth Saffioti adota uma técnica expositiva, e as conclusões se dão organicamente no texto. Contudo, concluindo o alcance de seu objetivo geral, a autora conclui satisfatoriamente sua tese de que a sociedade de classes não lança a mulher ao mercado de trabalho e nem lhe oferece a oportunidade de se determinar como socialmente produtiva. Atribui à mulher cada vez menos funções econômicas, de iniciativa privada, e a substitui facilmente pela maquinaria. Portanto, seria ilusório pensar em soluções dentro da lógica das sociedades de classes. Oferecer condições ideais à mulher para que concilie suas atividades de reprodutora e socializadora com as atividades ocupacionais seria contraproducente para a sociedade capitalista. É necessário que as ciências sociais encarem “o problema feminino não como fenômeno de patologia social, mas como produto permanente das estruturas capitalistas” (SAFFIOTI, 2013, p. 514).

## **2.2 Contexto da obra: Saffioti e o pensamento social brasileiro**

Quando se fala em pensamento, ou melhor, em *pensamento social brasileiro*, deve-se ter em mente a ideia da mobilidade espaço/tempo. As ideias,

---

<sup>38</sup> Lembrando que Saffioti critica Margaret Mead a partir de uma perspectiva teórico-metodológica marxista.

as teorias, os projetos e as ideologias produzidos são mobilizados, não em um passado distante, mas no passado/presente/futuro, por meio de seus legados. São transformados, rediscutidos, revisitados, inovados – ou acabam no ostracismo.

Assim considerando, propõe-se, neste item, debater o pensamento produzido por Heleieth Saffioti na década de 1960 no Brasil, analisando como a autora produz sua tese: pontos de partida, elementos mobilizados, entre os quais conceitos e ideias que foram por ela colocados como centrais, levando em conta o contexto histórico. No artigo de Octavio Ianni, *Tendências do pensamento brasileiro*<sup>39</sup>, o autor elucida bem o papel do cientista social nesse sentido:

Todo cientista social está desafiado a desenvolver a sua pesquisa e análise a partir do que estava, está ou parece estabelecido; é como se olhasse o presente, o passado e o futuro desde o olhar de algum clássico; e não desde os seus ombros. Mas esta não é a regra única e inquestionável. Algumas interpretações se lançam como absolutamente diferentes, no sentido de que instituem novas visões da história, da tessitura da sociedade e da economia, dos jogos do poder político, das raízes e significações da cultura; estabelecendo novas modalidades de olhar, observar, descrever, compreender, explicar. (IANNI, 2000, p.70).

Antes de tudo, é importante levantar a pergunta do que é *pensamento e teoria*, e o que isso significa na intelectualidade brasileira. Christian Edward Cyril Lynch, no artigo “Por que *pensamento* e não *teoria*? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica”<sup>40</sup>, assim responde à própria pergunta:

A hipótese que pretendo aqui explorar é a de que, no Brasil, suas elites sempre consideraram seus produtos intelectuais mais ou menos inferiores desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, em consequência de uma percepção mais ampla do caráter periférico do seu país. (LYNCH, 2013, p.730).

Essa hipótese de Lynch e a questão do caráter periférico do país serão discutidos em diálogo com a obra de Saffioti.

---

39 IANNI, Octavio. *Tendências do pensamento brasileiro*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(2): 55-74, novembro de 2000.

40 LYNCH, Christian C. *Por que pensamento e não teoria? A Imaginação Político-Social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)*. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, nº 4, 2013. pp.727-767.

Heleieth Saffioti, como se afirmou no início deste texto, defendeu sua tese de livre-docência em 1967, orientada por Florestan Fernandes, e publicada em 1969 com o título *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Formada em ciências sociais pela FFLCH-USP, Saffioti se autoidentificava (até o fim de sua carreira) como uma autora marxista. Em entrevista<sup>41</sup>, a socióloga conta as duras penas que passou desde a escrita da tese, até a escolha da banca:

Então me inscrevi para fazer o doutorado com o Florestan. Eu sabia pelo Luiz Pereira, porque o Luiz Pereira não queria mulher, ele falou para mim. Misógino que era um horror Não queria mulher de jeito nenhum e ele procurava homem para ser assistente dele. E o Florestan, quando apresentava um homem dizia: “até pode ser, é razoável, mas eu não jogaria minhas fichas nesse fulano, eu jogo na Heleieth”. Insistiu no meu nome até que ele se convenceu de que tinha de ser eu. (SAFFIOTI, 2011,p.74).

Na entrevista, expõe a dificuldade do contexto histórico em que vivia a escrita de seu livro, por ser mulher e marxista. Saffioti narra a importância de Florestan Fernandes em sua vida acadêmica, mas analisa questões epistemológicas que os diferenciavam:

Então o Florestan desempenhou uma função importante na minha carreira. E é curioso porque teoricamente eu sou muito mais vinculada ao Antonio Cândido do que ao Florestan, porque politicamente o Florestan era socialista, mas teoricamente ele jamais abandonou as categorias positivistas. Mas é uma figura pela qual eu tenho um enorme respeito, porque era honesto, desempenhou uma função histórica importantíssima no Brasil. (SAFFIOTI, 2011, p.74).

Lynch também dá destaque à linha de pensamento considerada positivista<sup>42</sup> da FFLCH-USP no período: “do positivismo científico esposado pela sociologia da Universidade de São Paulo (USP) em meados dos anos 1950, e que redundava(m) no desprezo do pensamento brasileiro como periférico ou inferior.” (LYNCH, 2013, p.728).

Saffioti, por outro lado:

---

41 “Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de ‘A mulher na sociedade de classes’”, publicado por Renata Gonçalves e Carolina Branco na Revista Lutas Sociais, nº 27.  
42 Acredita-se, aqui, tratar de uma definição de positivismo como representante da ideia de progresso e evolução da humanidade.

Não fora ele (Florestan Fernandes), acho que a gente estaria na época ainda do Gilberto Freyre da crônica social e não da sociologia. Claro que era positivismo porque a formação dele foi em etnografia com os americanos na sociologia e política, mas o que ele pôde, ele fez. (SAFFIOTI, 2011, p.74-75).

Curioso perceber que Lynch levanta a hipótese de que havia um menosprezo dos intelectuais brasileiros pelo que havia sido produzido no país. Talvez se possa aceitar essa hipótese em algum nível: Saffioti tampouco encontrara arcabouço teórico brasileiro em sua análise sobre a mulher na sociedade de classes. À época, as únicas coisas que havia para se ler em questão de *gênero* eram as teóricas feministas francesas e, ainda assim, com um acesso muito limitado a poucos textos xerocados. A autora afirma, exclamando: “era uma desgraça!”. De fato, sua obra não é considerada um clássico à toa, no que diz respeito a descrever seu tempo histórico, compreender e explicar a situação das mulheres no Brasil, em uma análise que perpassa desde o período colonial até a década de 1960 – inclusive, perpassando instituições sociais como a escola, a igreja, o estado, etc. Portanto, é também controverso: ao mesmo passo que utiliza muito da teoria francófona e marxista francesa/alemã, a autora não faz tabula rasa da história político-social do Brasil. Como afirma Ianni:

É óbvio que esses autores dialogam com os clássicos e os precursores. Inclusive revelam compromissos e continuidades, implícitos ou assumidos com alguns. Mas também é óbvio que inauguram novas interpretações do Brasil, seja em alguns dos seus problemas fundamentais, seja em suas visões de conjunto. (IANNI, 2000, p.72).

Partindo para o livro da autora, para melhor se entender as ideias por ela mobilizadas, Saffioti introduz o tema sobre a situação da mulher nas sociedades competitivas de capitalismo avançado e no Brasil, inserido no denominado *capitalismo periférico*, demonstrando como, nos dois casos, o modo de produção capitalista alija e marginaliza a condição feminina, sob um viés metodológico marxista. Ao usar a noção de capitalismo periférico, a autora se insere no contexto do pensamento intelectual de sua época, analisando, a partir dessa noção a história política do país de um ponto de vista epistemológico muito claro: a teoria marxista. Afirma Ianni: “Uma tese também notável, por suas implicações

práticas e teóricas, concentra-se na análise da formação e transformação da sociedade brasileira em termos de classes sociais e lutas de classes” (IANNI, 2000, p.66). Segundo o autor, essa corrente de pensamento “analisa as diversidades e desigualdades, hierarquias e tensões que se formam e transformam no curso da história” (*idem*, p.67.). É o que se procura expor no trabalho da autora.

Na parte II de seu trabalho, *Evolução da condição da mulher no Brasil*, Saffioti analisa os aspectos históricos e atuais da condição da mulher no Brasil. Em relação à formação da economia brasileira, aponta as interpretações errôneas da historiografia brasileira ao comparar a condição da mulher brasileira com a economia feudal, como uma escala evolutiva do sistema *escravocrata-feudalista-capitalista*. O período escravocrata traz características próprias ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sendo a escravidão considerada um obstáculo ao desenvolvimento pleno do capitalismo.

Dessa forma, o texto de Ianni, à luz desta pesquisa, deixa claro a posição de Saffioti no contexto do pensamento social brasileiro:

Mas as pesquisas e os debates que ressurgem reconhecem que no Brasil a sociedade de classes emerge de uma sociedade de castas, enraizada em quase quatro séculos de escravismo, ou de diferentes formas de trabalho compulsório. No século XX, a sociedade brasileira combina a estrutura e dinâmica de classes sociais com os remanescentes de castas. Há formas de sociabilidade, etiquetas de relações raciais, padrões de organização da família, trabalho, associações, vizinhanças, escolas, igrejas, clubes e outras instituições nas quais manifestam-se traços remanescentes de castas mesclados com as práticas das relações de classes. (IANNI, 2000, p.67).

Sobre as manifestações feministas no Brasil, Saffioti denuncia o caráter liberal das organizações – com a ideologia estrangeira liberal sendo importada, exclui-se a análise aprofundada da situação social do Brasil e gera-se uma simples imitação de movimentos reformistas e revolucionários estrangeiros, sendo os primeiros superficiais por não analisarem a sociedade estruturalmente como

uma sociedade de classes. A defesa dos interesses femininos caracteriza-se, assim, pela subordinação à burguesia empresarial<sup>43</sup>.

Gildo Marçar aponta, em “Linhagens do pensamento político brasileiro”<sup>44</sup>, diferenças entre processos distintos de “construção de nação”, as quais podem ser menosprezadas se não se usar com cuidado a mesma perspectiva teórica:

De qualquer maneira, a dificuldade de detectá-la(s) não é apenas acadêmica, mas tem a ver com um problema real: seja qual concepção se tenha do que deva ser a “nação”, o fato é que, comparada com outras (com as nações, digamos assim, cuja construção não foi obra exclusiva de suas elites a cavaleiro do Estado, mas contou com a participação ativa das classes subalternas, as quais por sua vez conseguiram forçar a porta da nova ordem e tomar acento, ainda que lateral, à mesa), a brasileira continua a ser marcada por heterogeneidades estruturais, desigualdades entranhadas e existência de grupos sociais com restritas possibilidades ou capacidades de secretar as instituições e valores que dariam suporte à sua atividade espiritual e política. (BRANDÃO, 2005, p.255).

A análise de Ianni sobre a escola marxista brasileira da qual Saffioti fez parte se comprova com as conclusões da autora na sua obra “A mulher na sociedade de classes”, já citadas no capítulo de síntese da obra.

A tese da sociedade de classes e da história como uma história de lutas de classes remete à ideia de uma sociedade sem classes, no que se refere às condições de dominação e apropriação. A reflexão crítica sobre o presente e o passado implica a busca de perspectivas futuras, a redução ou eliminação da alienação individual e coletiva concretizando-se na emancipação de uns e outros. Em lugar das diversidades produzindo e reproduzindo as desigualdades, criam-se as condições para que as diversidades produzam e reproduzam multiplicidades, polifonias. (IANNI, 2000, p.67).

Neste tópico, tratou-se de uma breve análise sobre o contexto histórico e as ferramentas sociológicas mobilizadas por Heleieth Saffioti em seu livro “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” de 1969, bem como sua inserção no chamado *pensamento social brasileiro*. Faz-se necessário esse tipo de

---

43 Como é o caso da licença-maternidade, que só pagaria 1/3 de salário às operárias, causando uma exploração ainda maior e beneficiando a burguesia empresarial. (SAFFIOTI, 2013, p. 368).

44 BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, n o 2, 2005. pp. 23-269.

movimentação teórica, quando sua obra é considerada uma das principais e mais importantes contribuições aos estudos sobre mulher no Brasil, tendo desdobramentos teóricos e transformações em suas ideias até hoje.

A importância de se analisar o contexto de sua obra se dá no campo de um pensamento social que é compartilhado entre os pares, no qual o texto acaba se revelando pelo contexto no qual foi escrito. Compreender os pontos de partida, a escola de pensamento na qual se insere a autora, leva a percepções de longo prazo sobre uma intelectual brasileira que deixa um legado de análises, explicações e interpretações a serem revisitados, transformados e criticados pelas novas escolas do pensamento brasileiro, tanto na área de *estudos de gênero* como em várias grandes áreas da Sociologia.

### **2.3 Fator sexo x gênero**

Neste item, procura-se o contexto do termo *fator sexo* (e, posteriormente, *gênero*) utilizado por Saffioti em sua obra, originado do feminismo francófono que influenciou a autora. Assim, introduz-se a discussão sobre a análise dos conceitos de *fator sexo* e *gênero*, tanto as mudanças ao longo de sua carreira acadêmica como na teoria feminista e no campo dos estudos de gênero.

No texto *Rearticulando Gênero e Classe Social*, de Heleieth Saffioti, publicado em 1992<sup>45</sup>, têm-se algumas pistas para realizar o objetivo proposto.

É prudente começar aqui pelas revisões teóricas da própria autora. Nesse texto, Saffioti (1992) centra-se em uma análise do conceito de gênero (considerado pela autora como não-unívoco), e faz uma articulação entre conceitos como relações de gênero, patriarcado, e a impossível separação, a seu ver, entre relações de gênero e relações de classe, questão central de *A mulher na sociedade de classes* (1969).

Em um primeiro momento, se posiciona em relação à utilização do termo relações sociais de sexo, do qual faz uso em *A mulher na sociedade de classes*.

45 SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

O livro, publicado em 1969, dispunha de instrumentos sociológicos de sua época, e *relações sociais de sexo* era um conceito utilizado pelo *feminismo francófono*, ao qual a autora teve contato no período de sua escrita. Explica, no texto referido, que, para essas feministas francesas, o termo *relações sociais de sexo* não se inscreve puramente no terreno biológico, mas se encontra na elaboração social que não naturaliza *sexo* e sim o compreende como processos de caráter histórico.<sup>46</sup>

Sobre o termo *relações sociais de sexo*, a teórica feminista francesa Danièle Kergoat (2009), no *Dicionário crítico do feminismo*, o define da seguinte forma:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção –ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 2009, p.67).

Havia poucas referências teóricas sobre a questão da mulher (estudos sobre a mulher, que, mais à frente, culminam no vasto campo dos estudos de gênero) à época de escrita do *A mulher na sociedade de classes*, fato esse expresso em uma entrevista com a autora na Revista Lutas Sociais, nº 27<sup>47</sup>, publicada meses depois de seu falecimento. Saffioti conta, nessa entrevista, que considerava os textos de Kollontai e Zetkin muito mais ideologia do que ciência, e que nem os textos marxistas a satisfaziam. Conclui-se, pelo que diz Safiotti, o caráter pioneiro e desafiador de sua obra de 1969, ao ousar criticar os teóricos marxistas pela dissociação entre *sexo* e *classe*. A socióloga utiliza no livro, também, o termo *fator sexo* como estratificatório nas sociedades capitalistas, assim como o *fator raça*<sup>48</sup>. Importante levantar-se a hipótese de que em *A mulher na sociedade de classes*

---

46 SAFFIOTI: In COSTA; BRUSCHINI, 1992, p.183.

47 GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista: *Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”*. Lutas Sociais, nº 27, 2º sem. de 2011. NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais PUC-SP.

48 SAFFIOTI, 2013, p.329.

há uma espécie de intersecção embrionária entre gênero/raça/classe, trabalhada pela autora mais tarde, ao longo de sua carreira.

Saffioti (1992) aponta uma recusa à utilização do conceito de *gênero* por parte das feministas francesas, que se utilizam do conceito de *relações sociais de sexo*. O conceito de *gênero* passa a ser utilizado pelas feministas de fala inglesa a partir dos anos 1980<sup>49</sup>. A autora opta por adotar o conceito de *relações de gênero* em 1992, pois tal conceito estaria “linguisticamente impregnado do social” (SAFFIOTI, 1992, p.185). Trata-se de uma especificação. Aprofunda o termo *relações* e explica sua opção por meio de uma leitura de Michel Foucault (1976)<sup>50</sup>. Entende que relações sociais são relações de poder, presentes nas relações de gênero, ainda que em doses desiguais; e as constelações dispersas de relações desiguais são construídas discursivamente em campos sociais de força. Desse modo, pode-se pensar sua posição a respeito da utilização do termo relações de poder, a partir de Foucault (1976): essas relações podem ser analisadas em esferas macro e micro, sendo os espaços de poder da mulher mais inscritos no plano micro<sup>51</sup>.

Adota-se aqui uma breve incursão sobre Foucault (1976), dado que um diálogo com esse autor ocorre em Saffioti (1992).

Na genealogia do poder, Foucault (2016) coloca os poderes em uma perspectiva de *relações de poder*, como peças, como um dispositivo político. Não existe uma teoria geral do poder em Foucault, mas este o considera como heterogêneo, não-natural, em constante transformação. Trata-se de uma prática social construída historicamente, e, portanto, podendo ser utilizada para as relações de gênero também, tal qual Saffioti o faz em 1992. Essas relações de poder tomam corpo em técnicas de dominação, que intervêm na *materialidade*<sup>52</sup> (a realidade mais concreta dos indivíduos, o corpo), o que Foucault denominou micropoder. Pode-se encontrar familiaridades deste enfoque em Saffioti quando a mesma toma posição na concepção de *gênero* como relações de poder, que

49 SAFFIOTI: In COSTA; BRUSCHINI, 1992, p.183.

50 Leitura a partir da obra “*História da sexualidade*” de Michel Foucault, publicada em 1975.

51 SAFFIOTI: In COSTA; BRUSCHINI, 1992, p.185.

52 Importante não perdermos de vista que o conceito de materialidade em Foucault é completamente distinto do materialismo dialético, se trata da realidade concreta e não de uma contradição.

penetram no corpo social. Outra questão bastante interessante de proximidades entre os autores é a concepção que Saffioti traz já em *A mulher na sociedade de classes* sobre as ciências humanas e a *mística feminina*: a hipótese é a de que as ciências humanas fornecem subsídios à mística feminina, por hipóteses e erros científicos de descobertas transfiguradas na reinterpretação da realidade social (SAFFIOTI, 2013, p. 402). Parece-me bastante prudente levantar essa questão, principalmente à leitura do texto *Os intelectuais e o poder: conversa entre Foucault e Deleuze*<sup>53</sup>.

Foucault não se posiciona nem antimarxista nem paramarxista<sup>54</sup>, admitindo uma visão de poder-corpo nas relações de produção no capitalismo, com o adendo de que criticará os marxistas contemporâneos em seu trabalho por terem se apoiado na ideologia como um saber que produz verdade, portanto, *poder* – não esquecendo de que o autor nega completamente as teorias totalizantes ao fazer uma genealogia dos saberes em suas obras. Ora, se Saffioti “remou contra a maré” em *A mulher na sociedade de classes*, obra escrita em 1969 (importante frisar o tempo) mesmo que adotando perspectiva globalizadora para chegar ao empírico restrito<sup>55</sup> à época, não seria possível analisar o seu legado a partir de um saber sujeito<sup>56</sup>? Os saberes subalternos das mulheres sendo colocados sob uma perspectiva marxista e as consequências desse trabalho não poderiam ser considerados uma genealogia? É o que se discutirá de maneira mais profunda.

Sobre o conceito de *gênero*, Saffioti (1992) o discute como relacional enquanto categoria analítica e processo social e que não se limita à existência de dois sexos. Defendendo essa concepção, critica Rubin (1975) por sua definição do chamado *sistema de sexo/gênero*: para a autora, há uma dicotomia entre natureza e cultura como base desse sistema sexo/gênero, que assume um caráter dualista, não relacional. Assim, Saffioti (1992) muito se aproxima das

---

53 FOUCAULT, Michel. *Os intelectuais e o poder: conversa entre Foucault e Deleuze*. In: *Microfísica do poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016.

54 FOUCAULT, 2016, p.235.

55 “Todavia, é a perspectiva globalizadora da sociedade que amplia o esquema de referência dos estudos descritivos de universos empíricos restritos, permitindo ao processo de intervenção racional na realidade social atual em nome do agente histórico subprivilegiado pela divisão da sociedade em classes sociais”. (SAFFIOTI, 2015, p.515).

56 Fazendo uso de um termo de Michel Foucault no texto “Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)” - Aula de 7 de janeiro de 1976. p.11.

percepções de Butler (1988)<sup>57</sup>, que compreende a concepção não-binária de sexo/gênero, não-dicotômica, percebendo o sexo fora da esfera biológica e sim como socialmente modelado. Para se fugir aqui de uma análise absurda, é importante frisar que a autora cita Butler em 1992:

Parafrazeando Engels (1951), nós próprios escolhemos nosso gênero, mas, antes de mais nada, com premissas e em condições muito determinadas. Em outras palavras, cada ser humano escolhe seu gênero lançando mão dos termos sociais disponíveis, gênero este que pode estar em uma cômica ou trágica oposição àquele a ele ou a ela atribuído por outros, já que todos os seres humanos são permanentemente constituídos por *outros* (Butler, 1988, p.139-40). [...]

Embora se entenda aqui a necessidade de combater o raciocínio binário incorporado na linguagem "sistema de sexo-gênero", reconhece-se que Benhabid não cai na armadilha do pensamento dicotômico, o que lhe permite avançar na concepção de gênero. Está presente e ressalta a ideia de que o sexo é socialmente modelado. Por outro lado, percebe-se claramente a presença da opção, quando o selfrealiza um ato de apropriação para individualizar-se, para construir sua identidade. Reside nesta ideia um forte ponto de conexão entre Benhabib (1988) e Butler (1988). (SAFFIOTI, 1992, p. 188-189).

E, ainda:

---

<sup>57</sup> Se trata aqui do texto *Variations on sex gender*, de Judith Butler, publicado em 1988; e não do livro *Problemas de gênero* (1990), ainda.

Por outro lado, é preciso reconhecer, com Butler (1988, p.130-1), que "o movimento temporal deste tornar-se não segue uma progressão linear. A origem do gênero não é temporalmente discreta precisamente porque o gênero não é subitamente originado num certo momento no tempo, depois do qual ele adquire uma forma fixa. Em um importante sentido, não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente. Não mais compreendido como um produto de relações culturais e psíquicas transcorridas há tempo, o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através destas normas, um estilo ativo de viver o corpo no mundo. (...) Tornar-se um gênero é um impulsivo e ainda assim atento processo de interpretação da realidade cultural carregada de sanções, tabus e prescrições. A escolha de assumir uma certa espécie de corpo, de viver e usar o corpo de uma certa maneira implica um mundo de estilos corporais já estabelecidos. Escolher um gênero consiste em interpretar recebidas normas de gênero de forma a reproduzi-las e organizá-las de novo. O gênero é mais um tácito projeto de renovar a história cultural de acordo com os termos corporais próprios de cada pessoa do que um ato radical de criação. Esta não é uma tarefa prescritiva que devemos nos esforçar para fazer, mas uma tarefa na qual nós temos nos empenhado todo o tempo". (SAFFIOTI, 1992, p. 189).

Judith Butler é reconhecida no campo de *estudos de gênero* como grande referência após os anos 1990, a partir do lançamento de sua obra *Problemas de Gênero*, que se fez necessária pela falta de consenso sobre o conceito de *gênero* nos debates feministas, que levam à sensação de "problema" - não sendo, necessariamente, negativo. O problema se caracteriza nas relações de poder que operam nessa própria produção de estrutura binária em que se pensa o conceito de *gênero*, a qual conforma uma matriz heterossexual do conceito de *gênero*. Assim, a referida autora faz uma genealogia crítica das categorias de *gênero* em sua obra (BUTLER, 2017).

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimétrica entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2017, p.26).

Algumas proximidades podem ser encontradas entre as autoras, mesmo que em perspectivas teóricas diferentes. Em *A mulher na sociedade de classes*, Saffioti utiliza-se da ideia de *mística feminina* para desnaturalizar os processos recorrentes à mulher, analisando do ponto de vista de instituições e práticas históricas, assim como Butler compreende que a identidade é um efeito de instituições e práticas. A diferença de abordagens se dá à medida que para Saffioti não há a percepção dessas instituições e práticas fora do modo de produção capitalista (abordagem marxista), enquanto para Butler a percepção se dá por meio da prática discursiva (abordagem pós-estruturalista) que parte de origens múltiplas e difusas (BUTLER, 2017). Outro ponto em comum que se pode encontrar se localiza em resistir à “domesticação acadêmica dos estudos de gênero ou dos estudos sobre mulheres, e radicalizar a noção da crítica feminista” (BUTLER, 2017, p.13). Saffioti, em 1969, não apenas critica o que estava sendo produzido em termos de manifestações feministas, como considera as próprias ciências humanas como fornecedoras de subsídios à *mística feminina*, por hipóteses e erros científicos de descobertas para a reinterpretação social (SAFFIOTI, 2013, p.402). Há também a crítica crucial à psicanálise freudiana, preocupada com ajustamentos inadequados e estados patológicos para os fatores sexuais, assim como a noção de uma “personalidade feminina” (*Idem*, p.403).

Os distanciamentos teóricos entre as autoras são grandes, tanto pelas metodologias utilizadas quanto pela distância temporal entre as obras, principalmente no que Butler chama a atenção para o problema em colocar *mulher* como uma categoria/identidade estática. A autora reconhece a importância política da afirmação dessa identidade pelo fato das *mulheres* não serem representadas em diversas esferas, mas insiste que o *sujeito* mulheres já não é mais estável nem permanente na teoria feminista (BUTLER, 2017, p.17-18).

No texto *A ontogênese do gênero* (2008), de Saffioti, encontra-se uma aproximação entre Foucault, Butler e Saffioti:

A postura aqui assumida consiste em considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida. Basta ler a História da Sexualidade, de autoria de Foucault, para se convencer de que a sexualidade não é senão uma potencialidade,

cuja realização empírica depende de numerosos outros fatores ou elementos e do modo como estes estão entrelaçados. (SAFFIOTI, in STEVENS; SWAIN (org.), 2008, p.158.).

Porém, as relações de gênero para Saffioti (1992) são dialéticas, e são coloridas de classe e coloridas de gênero. A autora nunca deixou de considerar as relações entre gênero, classe e raça/etnia em suas obras.

## Capítulo 3

### O conceito de patriarcado

Neste capítulo, discute-se, principalmente, o conceito de patriarcado que aparece, de forma *embrionária*, em *A mulher na sociedade de classes*. O termo não aparece na obra, mas sim situações carregadas de significado as quais Saffioti denominaria depois em outras obras de *patriarcado*. Em um segundo momento, analisam-se os diferentes usos deste conceito na teoria feminista, tanto como categoria analítica quanto categoria política. A análise do conceito no livro *O poder do macho*, da mesma autora, tem como objetivo explicitar de que forma o conceito de patriarcado aparece de forma embrionária em *A mulher na sociedade de classe*, principalmente, para a construção do maior salto teórico de Saffioti: o conceito composto e articulado de patriarcado-racismo-capitalismo.

#### 3.1 O conceito de patriarcado “embrionário” em *A mulher na sociedade de classes*

*A mulher na sociedade de classes* foi escrito por Heleieth Saffioti em 1967, utilizando de arcabouço teórico disponível à época. Portanto, seria anacrônico pensar no conceito de patriarcado nessa obra pelo viés da teoria feminista, já que este ganha conotação na década de 1970<sup>58</sup>.

A principal referência encontrada na tese de livre docência de Saffioti a respeito do conceito *patriarcado* diz respeito às leituras e análises de ensaístas, historiadores e sociólogos brasileiros que já haviam dissertado sobre o tema em suas obras sobre a formação do Brasil. São esses autores: Caio Prado Jr., Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes<sup>5960</sup>. Porém, Saffioti vai além dessas análises, trazendo algumas

---

58 Principalmente, em *Política sexual*, de 1971, escrito por Kate Millet, apontada por Christine Delphy como inventora do sentido feminista contemporânea para o conceito patriarcado.

59 Este, inclusive, orientador da tese de livre-docência de Saffioti.

60 Os outros autores citados, todos estão referenciados na obra de Saffioti, tanto ao longo do texto, como em suas referências bibliográficas.

questões aqui consideradas “embrionárias” para sua concepção de patriarcado pela ótica feminista, principalmente para o já referido salto teórico.

Neste item, objetiva-se apresentar a progressão do pensamento de Saffioti em relação às atuais concepções diversas de patriarcado, a fim de se argumentar que a ideia de patriarcado já se concebe de forma embrionária em *A mulher na sociedade de classes*. A concepção de patriarcado pelo viés da teoria feminista, com a sua própria ótica e contextualização, é depois explicitada em textos posteriores da autora, e defendida durante toda a sua carreira acadêmica.

A primeira tarefa para realizar este objetivo é apresentar o debate feito por ela sobre a situação da família em países europeus com o advento do capitalismo. Nesta parte de sua tese, Saffioti se refere bastante a Marx e Engels. Sobre a Inglaterra e a França:

Em qualquer dos dois países, contudo, as liberdades femininas se circunscriviam às atividades da mulher negociante. Em todas as outras esferas, quer de trabalho, quer de vida ociosa, sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não. A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. Através dele é que se consolidava sua posição social e se garantia sua estabilidade ou prosperidade econômica. Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (SAFFIOTI, 2013, p. 62-63).

Nesta passagem, a autora trata principalmente do advento do capitalismo e da situação da mulher nesse contexto, em termos de família monogâmica e trabalho. Nas sociedades pré-capitalistas, a família era a fonte da economia, e a mulher estaria inserida a partir da família, mesmo sob o domínio masculino da família patriarcal. Já no sistema mercantil, a mulher encontrou muitas dificuldades em se inserir na esfera econômica.

O processo de acumulação do capital nesta fase não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque tenha a nova sociedade subvertido a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração. Mesmo quando emprega todos os membros do grupo familiar, a indústria capitalista da fase em questão “distribui entre toda a família o valor da força de trabalho de seu chefe”. (SAFFIOTI, 2013, p. 69).

Aqui, Saffioti também se aproxima da concepção de patriarcado de Weber, já que a dominação patriarcal é caracterizada pelo mesmo como sendo um sistema de normas baseado na tradição. Porém, mais adiante, será visto que a ela supera a concepção weberiana se aproximando dos autores do pensamento social brasileiro.

Saffioti associa, para situar a mulher na estrutura de classes, sua posição na família à sua situação quanto ao trabalho (AGUIAR, 2000), sendo marginalizada, pela expulsão ou pela integração periférica, na estrutura de classes:

Evidentemente, as funções que a mulher desempenha na família (sexualidade, reprodução e socialização dos filhos) se vincula quer à sua condição de trabalhadora, quer à sua condição de inativa. Em qualquer dos casos, aquelas funções operam no sentido da discriminação social a partir do sexo, expulsando as mulheres da estrutura de classes ou permitindo-lhes uma “integração periférica”. (SAFFIOTI, 2013, p. 90).

Sobre a questão da família, a autora adota uma posição sobre as transformações que a mesma sofre com o devenir histórico. Sendo assim, a família não pode ser concebida ou descrita da mesma forma em lugares e contextos diferentes. “A família enquanto instituição social não pode ser pensada como imutável” (SAFFIOTI, 2013, p. 116). Isto é, a família é um fato histórico.

A respeito da influência de Engels sobre Saffioti quanto à sua visão sobre a família, é importante deixar claro que Saffioti critica a visão demasiada economicista de Engels. Para a autora, há elementos socioculturais que fortalecem, além da propriedade privada, a inferiorização da mulher na sociedade. Dessa forma, discorda-se que Saffioti tenha sido influenciada por Engels sem

críticas. É explícita sua preocupação em não colocar como eixo central apenas a propriedade privada.

Embora Saffioti reafirme a importância do processo de urbanização na diluição do patriarcado, sua análise apresenta uma grande novidade. A industrialização que emerge com a ordem capitalista resulta no aumento das disparidades sociais entre homens e mulheres. Maria Valéria Junho Pena aponta que Saffioti neste caso sofre a influência de Engels. Quando a propriedade privada se sobrepõe, a monogamia e o direito paterno também passam a predominar, aumentando as disparidades sociais entre homens e mulheres. (AGUIAR, 2000, p. 322).

Discordando desta linha de pensamento sobre Saffioti e Engels, algumas passagens de *A mulher na sociedade de classes* exemplificam a crítica da autora:

Pode-se admitir que a família monogâmica tenha suas estreitas vinculações com a propriedade privada, ou melhor, com o modo de produção capitalista, sobretudo em seu aspecto reprodutivo, ou seja, no que tange ao direito de sucessão. Todavia, *seria simplificar demais a realidade asseverar que a propriedade privada constitui a fonte exclusiva da inferiorização da mulher na sociedade.* [...] Engels deixou-se iludir por um elemento comum às relações entre as classes sociais e às relações entre os sexos: *a dominação.* Este fenômeno, entretanto, apresenta muito maior amplitude que o fenômeno da propriedade. Se, por um lado, a propriedade condiciona certas formas de domínio, podendo-se mesmo afirmar que a dominação economicamente condicionada decide dos destinos de uma sociedade competitiva em épocas normais, por outro, *existem formas de domínio que não derivam diretamente da propriedade privada.* (SAFFIOTI, 2013, p. 120-121; grifo meu).

Além de criticar a ideia de que o domínio masculino deriva apenas da propriedade privada, Saffioti demonstra aqui sua aproximação com Weber, para o qual patriarcado é um tipo de dominação.

Para Weber, dominação

É a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer “poder” ou “influência” sobre outras pessoas. Em cada caso individual, a dominação (“autoridade”) assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certa *vontade* de obedecer, isto é, de *interesse* (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação. (2004, p. 139).

Entre os motivos que levam à obediência está a crença na legitimidade da dominação (Weber, 2004, p.139). Isto é, a força não é necessária para o exercício da dominação como o é para o exercício do poder. Para Weber, “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade.” (2004, p. 33)

A dominação tradicional é um dos tipos de dominação (Weber, 2004, p.151). Entre as formas de dominação tradicional há dois casos em que falta um quadro administrativo do senhor: a gerontocracia e o patriarcalismo primário. Nesses tipos, a vontade de obedecer, necessária para que a dominação se efetive, é socialmente construída pela socialização.

O sistema de dominação é concebido de forma ampla e incorpora as dimensões da sexualidade, da reprodução e da relação entre homens e mulheres (AGUIAR, 2000). Neste sentido, Saffioti já incorpora esta concepção mais ampla em sua tese inicial.

A determinação comum sexo exprime, nas sociedades de classes, uma relação subordinada em cuja operação não se inscreve a explicação do funcionamento do sistema social; ao contrário, é nas determinações essenciais do sistema que se podem encontrar as raízes do modo pelo qual é sacrificada uma categoria de sexo. Todavia, é preciso não esquecer que, entre um sistema produtivo de bens e serviços e a marginalização de uma categoria de sexo em relação a ele, medeia a estrutura familiar na qual a mulher desempenha suas funções naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos. (SAFFIOTI, 2013, p. 124).

Nesta passagem, encontra-se o início da explanação que aqui se referiu como “patriarcado embrionário” na tese de Saffioti. Ao combinar o patriarcado com a estrutura de classes, sem o fazer de forma dual (AGUIAR, 2000), a autora já inicia sua teoria de um sistema que imbrica em suas relações uma visão muito

mais ampla da dominação-exploração. Essa hipótese fica explícita na primeira frase da autora em seu tópico *Posição social da mulher na ordem escravocrata-senhorial e suas sobrevivências na sociedade atual*, já na parte dois de sua tese, no qual analisa a evolução da condição da mulher no Brasil: “As relações entre os sexos e, conseqüentemente, a posição da mulher na família e na sociedade em geral, constituem parte de um sistema de dominação mais amplo” (SAFFIOTI, 2013, p. 230).

Neste tópico de sua tese, a autora inicia sua concepção de patriarcado utilizando análises do pensamento social brasileiro que consideram o patriarcado como uma herança do sistema escravista e, simultaneamente, relacionam o patrimonialismo com o patriarcado (AGUIAR, 2000)

Assim, as ordenações estatais esbarravam, na prática, com a existência de uma dominação patriarcal representada, de um lado, por aqueles que, embora beneficiando-se da fazenda real, não se esqueciam de sua condição de funcionários patrimoniais e, de outro, por aqueles que tratavam de tirar vantagens de sua posição em detrimento do Estado patrimonial. (SAFFIOTI, 2013, p. 232).

Um dos autores que mais analisa o patriarcado é Gilberto Freyre, mostrando que o patriarcalismo se estabelece no Brasil como uma estratégia da própria colonização portuguesa (AGUIAR, 2000).

A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava. A relação entre homens e mulheres ocorre pelo arbítrio masculino no uso do sexo. Apesar do emprego que Gilberto Freyre faz da religião em sua análise da ordem na casa-grande e nos sobrados, o patriarcado não se efetua pela dominação religiosa, a não ser pela influência que esta exerce nas relações familiares dentro do grupo doméstico. O poder da religiosidade aparece limitado para conter a liberdade sexual masculina e o abuso sexual da mão-de-obra escrava. Para Freyre, portanto, esse abuso consiste na própria essência do patriarcado. Padres portugueses por vezes abandonam o ascetismo religioso e aderem ao patriarcado, observa Freyre (1973, p. 447), que deixa de ser, assim, em contraste com a perspectiva weberiana, uma forma de racionalidade instituída pelo sistema religioso, para ser uma forma de racionalidade econômica e demográfica, estratégia de povoamento e aliciamento de mão-de obra, estabelecida no processo de colonização portuguesa. (AGUIAR, 2000, p. 308-309).

Saffioti critica, já em *A mulher na sociedade de classes*, a concepção de alguns destes autores, avançando sua análise sobre a condição da mulher brasileira no contexto de um capitalismo periférico:

Assim, o processo da colonização brasileira constitui não uma tentativa de implementação de um sistema econômico feudal, mas o estabelecimento de uma economia colonial dependente, servindo aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu. (SAFFIOTI, 2013, p. 203).

Como bem coloca Lélia Gonzalez em seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, de 1980, Saffioti já critica concepções de Gilberto Freyre em *A mulher na sociedade de classes*, quando discute “relações” entre as mulheres negras e os senhores brancos no sistema patriarcal colonial brasileiro.

Ao caracterizar a função da escrava no sistema produtivo (prestação de bens e serviços) da sociedade escravocrata, Heleieth Saffioti mostra sua articulação com a prestação de serviços sexuais. E por aí, ela ressalta que a mulher negra acabou por se converter no “instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, que na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar” (1976, p. 165). Isto porque, o senhor acabava por assumir posições antieconômicas, determinadas por sua postura sexual; como houvesse negros que disputavam com ele no terreno do amor,

partia para a apelação, ou seja, a tortura e a venda dos concorrentes. (GONZALEZ, 1980, p. 230).

O mesmo afirma Renata Gonçalves em resenha sobre o livro *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras* à revista Plural de 2019, quando nos aponta as principais contribuições intelectuais de Gonzalez para o pensamento social brasileiro:

Demonstrou a Gilberto Freyre, por exemplo, que a exaltada miscigenação foi resultado da violência do estupro da mulher negra. Em dobradinha com Heleieth Saffioti, teceu críticas contundentes a Caio Prado Junior por este não reconhecer a tragédia do desejo dos senhores da casa-grande sobre os corpos das negras da senzala e pela insistência dele em priorizar a luta de classes e não incorporar as categorias raça e sexo às análises. (GONÇALVES, 2019, p. 195).

Dissertando a respeito do patriarcado no sistema escravocrata brasileiro e das suas heranças na sociedade atual, a autora se distancia da concepção weberiana de patriarcado e se aproxima muito mais da concepção de Florestan Fernandes que, não por acaso, é seu orientador na tese de livre-docência aqui analisada. O autor critica a visão clássica de patriarcado de Weber ao expressar que a mesma não situa a dominação patriarcal em um contexto sócio-histórico mais amplo (AGUIAR, 2000). O mesmo faz Saffioti: “As relações entre os sexos e, conseqüentemente, a posição da mulher na família e na sociedade em geral, constituem parte de um sistema de dominação mais amplo”. (SAFFIOTI, 2013, p. 230).

A partir dos inícios do século XIX, estaria consolidado o poderio econômico dos chefes de parentela, podendo a estrutura de dominação da sociedade brasileira ser caracterizada como tendente para o tipo patrimonial-patriarcal que, subjacentemente, se vinha formando desde os princípios da colonização. A própria constituição da economia colonial brasileira, voltada que era para o mercado externo, levaria ao fortalecimento do patrimonialismo mais próximo do tipo patriarcal em detrimento de um patrimonialismo mais próximo do tipo patriarcal em detrimento de um patrimonialismo estamental, que oporia maiores obstáculos ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção, já em formação. (SAFFIOTI, 2013, p. 232).

A análise de patriarcado iniciada por Saffioti na tese de livre-docência não apenas leva em consideração as análises já existentes no pensamento social brasileiro, como coloca em xeque a situação das mulheres negras e brancas neste sistema de dominação-exploração, levando em conta as questões de caráter sexual no mesmo sistema. Assim, a situação perdura na sociedade atual como uma herança da escravidão.

As facilidades sexuais proporcionadas pela existência de mulheres submissas e de condição social inferior assumiram importante papel no prolongamento e mesmo na eternização da espera, por parte da família do colono, de seu regresso à Europa. Excetuando-se, pois, a pouco extensa e deficiente organização da família patriarcal da camada dominante, tudo é licença costumes. A própria organização familiar do branco supunha a não organização de uma família escrava. Dada a socialização da mulher branca para o desempenho dos papéis de dona de casa e mãe de família legalmente constituída, necessária se fazia a existência de uma classe de mulheres com as quais os jovens brancos pudessem praticar as artes do amor antes do casamento. Assim, a escravidão satisfazia não apenas às exigências do sistema produtivo, mas, ainda, àquelas impostas pela forma de colonização adotada e às de uma família branca na qual a mulher cabia, precipuamente, o papel de mãe da prole legítima. (SAFFIOTI, 2013, p. 241).

A autora explica a submissão das mulheres ao sistema de dominação-exploração com a tese de que elas foram alienadas de atividades fora do âmbito da família e empurradas à margem das transformações sociais e políticas como um não-sujeito.

Em última estância, porém, foi a mulher o elemento mais afastado das correntes de transformações sociais e políticas, afastamento este deliberadamente promovido pelos homens numa atitude francamente hostil à participação da mulher em toda e qualquer atividade que extravasasse os limites da família. (SAFFIOTI, 2013, p. 249).

É bastante clara a ideia de que esse sistema perdura nos dias atuais, segundo a autora, dado que ela analisa o patriarcado por um viés mais amplo que o econômico, citando a *mística feminina* como ponto-chave no âmbito sociocultural da sociedade. “Esse rígido sistema de constrangimento físico e moral do elemento feminino, criado e mantido pelo androcentrismo da família

patriarcal, marcou profundamente a vida e a mentalidade da mulher brasileira” (SAFFIOTI, 2013, p. 251).

### 3.2 O conceito de patriarcado em “O poder do macho”

*O poder do macho* é um livro escrito por Heleieth Saffioti em 1987, 20 anos após a escrita de *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Voltado para o público em geral, o livro tem uma escrita muito diferente de sua tese de livre-docência, que a autora julga como “sociologuês”. O objetivo é atingir o público leitor fora da academia, e traz o caráter militante da autora combinado à sua função como socióloga. Neste livro em questão, é apresentada a teoria do patriarcado-racismo-capitalismo, chamado de “nó” pela autora, já que concebe uma ideia de um sistema de dominação-exploração no qual essas três concepções se imbricam, sem hierarquia entre elas. A hipótese de que já existiam pistas e ideias pré-formadas por Saffioti para este salto teórico em *A mulher na sociedade de classes*, o que torna sua tese tão original e pioneira, será explorada neste tópico.

Buscando do tópico anterior um possível elo de pensamento entre *A mulher na sociedade de classes* e *O poder do macho*, cabe apresentar essa passagem:

Outro fato decisivo para a manutenção deste estado de coisas é, sem dúvida, o *complexo de macho*, que ainda integra o ideal de personalidade masculina no Brasil. Sobrevivência do patriarcalismo da família colonial, o “*dom-juanismo*” constitui verdadeiro índice da supremacia do homem na família e na sociedade em geral. (SAFFIOTI, 2013, p. 258).

Aqui, Saffioti não traz apenas a ideia de que o patriarcado é uma herança colonial escravocrata que vigora até os dias atuais. Acrescenta ainda um caráter bastante cultural da *mística feminina*, no qual a virilidade e o estereótipo de masculinidade são centrais para a perpetuação desse sistema.

A autora explora muito mais essa ideia em *O poder do macho*, mas a hipótese com essa passagem de *A mulher na sociedade de classes* é de que o embrião desse pensamento já se encontrava desde o início de sua carreira

acadêmica. Pode-se relacionar facilmente essa passagem com esse próximo, excerto de *O poder do macho*:

O poder do macho, embora apresentando várias nuances, presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detêm poder junto a outras mulheres na relação amorosa. (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

Em *A mulher...* a autora escreve diversas vezes que é impossível pensar a condição da mulher sem pensar a condição do homem, pois os dois são prejudicados nesse sistema: a mulher que subjetivamente incorpora a mística feminina e o homem que, inserido nessa mesma relação social, se beneficia em partes da mesma.

Ficou claro por que não se pode escrever um livro sobre a mulher, deixando de lado o homem. Da mesma maneira, seria impossível escrever sobre o homem sem mencionar a mulher. Se cada um destes seres situa-se, socialmente, em diferentes polos da relação de dominação-exploração, não se pode abordar um, esquecendo o outro, E a relação que importa, na análise dos fenômenos sociais. E esta relação, quer quando se examinam as categorias de sexo, quer quando se analisa a convivência de distintas raças. no Brasil e em muitos outros países, caracteriza-se como uma relação de dominação-exploração. (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

Em *O poder do macho*, a autora traz um salto teórico muito importante para toda a sua carreira acadêmica: a simbiose entre patriarcado-racismo-capitalismo como um único sistema de dominação-exploração:

Desta sorte, não foi o capitalismo, sistema de dominação-exploração muitíssimo mais jovem que os outros dois, que “inventou” o patriarcado e o racismo. Para não recuar demasiadamente na história, estes já existiam na Grécia e na Roma antigas, sociedades nas quais se fundiram com o sistema escravocrata. Da mesma maneira, também se fundiram com o sistema feudal. Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são

inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo. (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

Não apenas tem a intenção de imbricar patriarcado-racismo-capitalismo sem hierarquia entre essas categorias, como também não hierarquiza o que a mesma chama de sistema de dominação-exploração. Ora utiliza dominação-exploração, ora exploração-dominação, justamente com a intenção de que o/a leitor/a não interprete como um sendo superior ou anterior ao outro.

Como o patriarcado-racismo-capitalismo é pensado como um sistema único de dominação-exploração em *O poder do macho*, consideramos que em *A mulher...* Saffioti já analisava o sistema patriarcal dessa maneira, de forma embrionária, é claro, mas já com forte subsídio para seu salto teórico 20 anos mais tarde. Em *A mulher...* a autora coloca que desde o período colonial/escravocrata, a estrutura de poder no Brasil forma-se em caráter patriarcal-patrimonial, sendo a mulher escravizada mais explorada do que o homem escravizado: exerce funções de trabalhadora, reprodutora da força de trabalho, e o papel sexual na sociedade de castas. Saffioti já trabalha, em 1967, com o *fator raça* como estratificatório na sociedade de classes, que, no Brasil, é formada com base no sistema escravocrata e dele colhe frutos até os dias atuais.

Angélica Lovatto, em seu artigo *Desvendando O poder do macho: um encontro com Heleieth Saffioti*, publicado também na revista *Lutas Sociais* nº 27, já aponta a linha percorrida por Saffioti para chegar ao seu objetivo de conceituar patriarcado-racismo-capitalismo

Essa demonstração vai ficando mais clara a partir do capítulo 3, “A supremacia masculina na sociedade capitalista”, onde a autora se esmera em demonstrar os efeitos dessa simbiose na sociedade brasileira. Ela recorre aos aspectos históricos presentes na organização do mundo do trabalho desde o escravismo, passando pelo feudalismo até chegar no capitalismo. (LOVATTO, 2011, p. 115).

Assim, defende-se nesta pesquisa o caráter já embrionário do conceito de Saffioti em *A mulher na sociedade de classes*, uma vez que em sua tese de livre-docência a autora já percorre este mesmo caminho.

É bem verdade que em *A mulher...* Saffioti entende o conceito de patriarcado por um outro viés, e como um sistema de dominação, no qual a ideia de dominação-exploração ainda é muito embrionária. Porém, estruturando sua tese em três partes, a autora traz a análise da situação da mulher no capitalismo como marginalizada e alijada do mercado de trabalho, analisa a questão das mulheres negras e brancas no patriarcado patrimonial da colônia brasileira como exploradas em um sistema de dominação patriarcal, sendo a mulher negra muito mais marginalizada do que a branca. Na última parte de sua tese, também explora a questão da psicanálise como construtora da *mística feminina* na sociedade, o que traz a ideia de que o embrião da criação deste conceito em *O poder do macho* encontra-se já concebido em *A mulher na sociedade de classes*.

### 3.3 Sobre o conceito patriarcado

Segundo Christine Delphy (2009),

“Patriarcado” é uma palavra muito antiga, que mudou de sentido por volta do fim do século XIX, com as primeiras teorias dos “estágios” da evolução das sociedades humanas, depois novamente no fim do século XX, com a “segunda onda” do feminismo surgida nos anos 70 no Ocidente. (DELPHY, 2009, p. 173).

Segundo Delphy, o conceito de patriarcado têm três momentos principais na história da ciência.

No primeiro, diz respeito ao patriarcado como forma de organização social na antiguidade, e deriva da ideia de *pater família*. No entanto, o sentido não é colocado como biológico, da família como se concebe nos dias atuais. Tem a ver com o sentido de autoridade, na realidade, mas sempre concedido ao homem. Os autores que escrevem antes do século XIX utilizaram este conceito para descrever situações sociais otimistas, levando o sentido ao grau de ordem social, principalmente para descrever a vida no campo (DELPHY, 2009).

Em um segundo momento, no século XIX, autores socialistas inverteram o sentido otimista do conceito de patriarcado, criticando-o, já concebendo como uma forma de dominação.

São Morgan e Bachofen que lhe dão seu segundo sentido histórico, aquele que se manterá até os anos 70. Eles postulam a existência de um direito materno que teria sido substituído pelo direito paterno, explicitamente chamado por Bachofen de patriarcado. Ele é seguido por Engels e depois por Bebel (1893/1964). (DELPHY, 2009, p. 174).

No terceiro momento, o conceito de patriarcado da teoria feminista, que vêm principalmente de Kate Millet<sup>61</sup> (1971), utiliza a mesma conotação do conceito de *pater família*, porém, denunciado como um sistema de opressão às mulheres.

Atribui-se a invenção do terceiro sentido – o sentido feminista contemporâneo – a Kate Millet, em *Sexual politics* (Política sexual) (1971). Esse terceiro sentido está em clara continuidade com o segundo. Mas, diferentemente dos autores socialistas – ainda que Engels seja discutido até muito antes nos anos 70 –, as feministas, a exemplo de Simone de Beauvoir, não creem na existência de um matriarcado original, e a maioria não se interessa pelas teorias evolucionistas, desacreditadas pelas atuais Ciências Sociais. (DELPHY, 2009, p. 175).

Em *Política Sexual*, tese de doutorado de Kate Millet (1971), a autora faz uma espécie de genealogia do conceito, analisando por meio da História, Psicologia e Literatura como as diferentes ideias sobre patriarcado perpassam as ciências humanas. Millet define *patriarcado*, já na ótica da teoria feminista, de forma original, segundo Delphy, da seguinte maneira: como uma estrutura social e política, na qual o homem domina a mulher oprimida (MILLET, 1974<sup>62</sup>).

Kate Millet cita alguns teóricos que se propuseram a analisar o *patriarcado*, mas dá especial atenção à Stuart Mill e Engels

---

61 Autora de *Política Sexual* (1971), livro derivado de sua tese de doutorado, Kate Millet além de acadêmica e teórica feminista, foi também uma militante do movimento das mulheres estadunidense, principalmente, no famoso N.O.W. (National Organization for Women), fundado por Betty Friedan. Esta informação é especialmente interessante aqui, pois Saffioti já tinha contato com o trabalho de Friedan (*A mística feminina*) durante a escrita de *A mulher na sociedade de classes*.

62 Edição portuguesa de *Política Sexual*, de 1974, das Publicações Dom Quixote.

É preciso ter sempre presente que a revolução sexual se processou lentamente, lutando contra uma forte oposição cultural. Se a época vitoriana foi a primeira na história a enfrentar o problema do patriarcado e da condição da mulher sob a sua autoridade, ela enfrentou-o numa grande variedade de maneiras; de forma corajosa e inteligente, como no caso de Mill e Engels; de má vontade, como no caso dos romancistas que a criticam um pouco benevolentemente; com um pouco de má fé, como no caso de Ruskin; e de forma ambígua, como Tennyson, Rossetti, Swinburne e Wilde. (MILLET, 1974, p. 48).

No entanto, reconhece em Engels a teoria melhor trabalhada até aquele momento:

De todos os escritos teóricos, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels, constitui a análise mais compreensiva da história do patriarcado e da economia — e a mais radical, porque Engels foi o único dos teóricos a dedicar-se ao problema da estrutura patriarcal da família. (MILLET, 1974, p. 74-75).

Mesmo com as devidas críticas, a autora reconhece o carácter radical de Engels quando o mesmo rompe com a ideia de que o patriarcado é um sistema intrínseco nas sociedades humanas.

Quaisquer que fossem as suas dificuldades com a génese destas instituições, o facto de Engels ter tentado demonstrar que o patriarcado não era uma característica eterna constitui em si mesmo um ponto de partida radical. (MILLET, 1974, p. 91).

Por se tratar, segundo Millet, de uma teoria mais radicalizada, Engels dá conta de analisar o patriarcado através da estrutura da família de maneira que caiba a ideia de transformação social, e não na ideia de “progresso” que Mill traz como um liberal.

Engels, comunista, estava por temperamento pouco inclinado a aceitar o optimismo desta concepção de uma história em contínuo progresso; via numa instituição como a escravatura, por exemplo, um retrocesso em relação a uma vida comunitária primitiva mais agradável. Como revolucionário, opunha-se necessariamente às versões fatalistas e «biológicas» das origens das instituições humanas (como as da escola patriarcal) e preferia pensar que essas instituições eram uma criação do homem, isto é, susceptíveis de serem transformadas de modo radical, súbito e

mesmo violento, na medida em que uma humanidade revolucionária e consciente o desejasse. (MILLET, 1974, p. 78).

Mesmo reconhecendo como o melhor trabalho sobre patriarcado até então, a autora critica a defesa que Engels faz da existência de um matriarcado pré-histórico (chamado por ela de “problemático”) antes do sistema patriarcal universal, e afirma que Engels sofreu forte influência de Bachofen e Morgan. Assim como Delphy pontuou em seu verbete no *Dicionário crítico do feminismo*, Millet também aponta Morgan e Bachofen como os teóricos responsáveis pelo segundo sentido histórico de *patriarcado*.

Millet emprega outro sentido à crença da origem do patriarcado, descaracterizando a ideia de um sistema natural na evolução humana

Os elementos conservadores, como os mitos religiosos e as ligações de parentesco, são, à falta de provas mais concretas, os últimos vestígios da grande evolução histórica que originou o patriarcado, progressivamente e por etapas muito lentas, e, sem dúvida, em épocas diferentes consoantes a região, e que instaurou a sujeição da mulher ao homem. (MILLET, 1974, p. 81).

Ainda sobre Engels, Millet afirma que o mesmo é influenciado por pressupostos culturais de sua época, portanto, acaba por fazer uma análise contraditória sobre o patriarcado. A autora acredita que o estágio da revolução sexual contemporânea ao período em que Engels escreve contribui para tal análise um tanto quanto equivocada no que diz respeito à questão sexual da mulher.

Engels informa-nos, e portanto também acredita, que a posse sexual exclusiva que está na origem do patriarcado é uma «sanção» bastante bem acolhida pela mulher, que se «liberta assim da sua antiga submissão à comunidade masculina e adquire o direito ao casamento temporário com um só homem». Não podemos deixar de considerar absurda a afirmação de que as mulheres detestassem toda a vida sexual. Além disso, há qualquer coisa de inconscientemente patriarcal na ideia de que a associação sexual implica uma «renúncia», assim como na dedução de que as relações sexuais são efectivamente (para as mulheres) um acto de submissão. Fica-se com uma opinião desfavorável da medida em que Engels é influenciado pelos pressupostos culturais da sua época. (MILLET, 1974, p. 85).

Nesta passagem do livro de Millet, pode-se fazer uma associação entre a influência de Engels no trabalho de Saffioti em *A mulher na sociedade de classes*, na medida em que Saffioti também faz um movimento teórico muito parecido com este, como citado no primeiro item deste capítulo

Com a evolução progressiva do patriarcado, as seguintes instituições: a escravatura (o modelo de todos os outros sistemas e classes posteriores, inspirado na propriedade das pessoas e da mulher em particular), a soberania, a aristocracia, a divisão político-social dos grupos econômicos em ricos e pobres. Finalmente, a importância crescente da propriedade privada, com a guerra como catalisador, deu origem ao Estado, esse órgão que consolidou e perpetuou todas as desigualdades econômicas e sociais. Assim, todos os mecanismos da desigualdade humana nascem da supremacia do homem e da subjugação da mulher, tendo a política sexual servido ao longo da história como fundamento de todas as outras estruturas sociais, políticas e econômicas. (MILLET, 1974, p. 92).

As autoras feministas da década de 1970 adotaram o conceito patriarcado como algo a ser combatido (DELPHY, 2009). A própria Kate Millet, quando atribui o sentido feminista ao conceito, aponta que nos anos 1970, o patriarcado estava mais firme do que nunca

Apesar da reforma do sistema legal e da humilhação (finalmente mínima) que tinha sofrido no seu orgulho político, a mentalidade patriarcal recuperou o terreno perdido no final da primeira fase. O patriarcado, reformado ou não, é ainda o patriarcado: com os seus piores abusos denunciados ou reprimidos, ele estava possivelmente mais firme do que nunca. (MILLET, 1974, p. 42).

E, ainda, atribui ao patriarcado como o sistema de dominação vigente: “As distinções sociais e políticas não estão baseadas na riqueza ou na posição social, mas no sexo. Porque é evidente que a base da nossa civilização é o patriarcado.” (MILLET, 1974, p. 14).

Muito se produziu na teoria feminista a respeito, e começaram a surgir, nos anos 1980, as discussões sobre os usos do conceito de gênero ou do conceito de patriarcado na teoria feminista. Desde a década de 1970, quando o conceito de patriarcado como um sistema de opressão às mulheres é utilizado na teoria feminista, abre-se o debate, existente até hoje, citado aqui. Algumas autoras são

críticas ao uso do conceito de patriarcado, outras são críticas ao uso do conceito de gênero.

No livro *A mulher...* de Saffioti encontramos esse segundo conceito de patriarcado, que têm um significado, obviamente, diferente do conceito de patriarcado da teoria feminista. Mas, consideramos já como embrionário nesse livro, principalmente para o que depois a autora nomeará patriarcado-racismo-capitalismo, já que Saffioti está utilizando esse conceito pra falar das relações de sexo na sociedade de classes, e também já explora a questão racial no Brasil nesse conceito de patriarcalismo.

Claro que, observa-se aqui, se trata de outra teoria: são conceitos diferentes. O que Saffioti utiliza n' *O poder do macho* já é o conceito da teoria feminista, e não mais o conceito de patriarcalismo que utilizara antes. Mas encontra-se subsídios para a hipótese de que há uma ideia embrionária n' *A mulher na sociedade de classes* pra construção de todo o movimento acadêmico de Saffioti, que vai percorrer toda a sua carreira com o conceito de patriarcado.

Em *A mulher...*, Saffioti analisa esse sistema de dominação sob a ótica marxista, mas, vai além, criticando a ideia de se encontrar apenas no fator econômico a sujeição das mulheres. Assim, já está concebendo o conceito dentro da ótica do capitalismo. Analisando o sistema patriarcal-patrimonialista racista no período da escravidão, também encontra no *fator raça* uma importante variável para a dominação masculina. Em miúdos, a autora já explora uma nova concepção de patriarcado em sua tese inicial, mas ainda no plano das ideias, considerando-se suas análises ao longo de seu texto. Saffioti já havia lido *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir, inclusive cita em sua tese, sendo este um fator crucial também para acreditar-se que as pistas para a concepção de patriarcado no sentido feminista já estavam trilhadas.

Dessa forma, concretiza em *O poder do macho* a reflexão que já se inicia em *A mulher...*, agora de forma madura e criando um conceito único: o patriarcado-racismo-capitalismo.

Saffioti utilizará esse conceito de “nó” por décadas, chegando até a sua última publicação, *Gênero, Patriarcado e Violência*, que chega à conclusão de

que é perfeitamente possível utilizar o conceito de patriarcado e o conceito de gênero sem a exclusão de um ou de outro.

O conceito de patriarcado na teoria feminista, segundo Christine Delphy, significa

uma formação social em que os homens detém o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (DELPHY, 2009, p. 173).

No que diz respeito ao conceito de *patriarcado*, Saffioti defende o uso do termo até suas últimas obras, mesmo revisando-o ao entendê-lo como não-absoluto, como uma relação contraditória permeada pelas relações de poder. Por este motivo, é pertinente que se faça um movimento teórico do mesmo.

O *patriarcado* entendido pela autora traz relações macro e micro (SAFFIOTI, 1992; 2015). O conceito de “patriarcado absoluto”, portanto, descartado aqui, não concebe relações de gênero como sociais, mas intrínsecas, e não o entende por relações de poder.

Na discussão a respeito dos usos e movimentos do conceito de patriarcado, Carole Pateman em 1988, no livro *O contrato Sexual* afirma que abandonar o uso do termo seria “a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens”. (PATEMAN, 1988, pp.39).

Ainda neste terreno, Christine Delphy, em seu verbete *Teorias do Patriarcado*, no *Dicionário crítico do feminismo* (2009), expõe um possível motivo pelo qual as feministas abandonaram o termo *patriarcado* em detrimento a *relações sociais de sexo* (movimento francófono) e mais tarde, *gênero*. O termo teria sido julgado como insatisfatório, por sua generalidade. Aponta, ainda:

Não mais que outros termos de Ciências Sociais, os termos “patriarcado”, “gênero” ou “sistema de gênero”, “relações sociais de sexo” ou “relações sociais de gênero”, ou qualquer outro termo suscetível de ser empregado em seu lugar, não têm definição

estrita e tampouco uma com a qual todos estejam de acordo. (DELPHY, 2009, p.178.)

Saffioti defende sua própria *redefinição* do conceito de patriarcado, que não seria o conceito de patriarcalismo em Weber<sup>63</sup>, mas sim um modo de dominação-exploração em simbiose com o modo de produção capitalista e o racismo. Não entende como dualista: defende a ideia de patriarcado-racismo-capitalismo, o que a autora denomina como “nó” (SAFFIOTI, 2015). Saffioti explora essa questão de dominação-exploração por toda obra *A mulher na sociedade de classes*. Nesta pesquisa se propõe analisar tanto esse fio condutor no livro quanto as transformações sofridas no conceito pela ótica da autora e de outras teóricas/os do patriarcado.

Por fim, nos cabe também pontuar como o conceito patriarcado é utilizado na militância feminista como um conceito político, para além do conceito acadêmico já discutido. Na obra de Saffioti, o conceito de patriarcado está muito mais embasado no pensamento social brasileiro: muito do que se usa nos dias de hoje no chamado ativismo feminista não se situa nessa conceitualização. A referência utilizada aqui ao conceito de patriarcado na área da militância feminista muito se diferencia do conceito de patriarcado para Saffioti. São conceitos distintos.

Para tanto, busca-se na literatura atual, seguindo o mesmo método bibliográfico utilizado durante toda esta pesquisa, exemplos do emprego político do conceito de patriarcado. Encontra-se, no livro de Márcia Tiburi, *Feminismo em comum para todas, todes e todos*, destinado ao público em geral, marcadores de como *patriarcado* ainda é um conceito utilizado na militância feminista, da seguinte maneira: “O feminismo aponta para o caráter inconciliável de uma sociedade de direitos na qual o patriarcado esteja em vigência. É nesse sentido que o feminismo é uma luta contra um estado de opressão e justiça”. (TIBURI, 2018, P. 59).

---

63 Segundo a autora, Weber concebe patriarcalismo somente na esfera da dominação, e não da dominação/exploração, focalizando muito na esfera doméstica e perdendo de vista a esfera política do conceito.

Tiburi também atribui ao privilégio do “macho” a estrutura patriarcal, seguindo na mesma linha teórica de pensamento que Saffioti em *O poder do macho*

O machismo é o ismo do patriarcado que o feminismo vem perturbar. O machismo é um modo de ser que privilegia os “machos” enquanto subestima todos os demais. Ele é totalitário e insidioso, está na macroestrutura e na microestrutura cotidiana. Está na objetividade e na subjetividade, isto é, mesmo que seja uma ordem externa ao nosso desejo, foi e é introjetado por muitas pessoas, inclusive mulheres. E, porque o machismo faz parte de um modo orgânico de pensar, de sentir e de agir, é tão difícil modificá-lo. (TIBURI, 2018, p. 62-63).

Não é difícil encontrar representações do que Tiburi afirma em seu livro em imagens utilizadas com caráter político na internet. A ideia de que o feminismo “esmagará” o patriarcado é amplamente divulgada por uma parcela das militantes feministas.

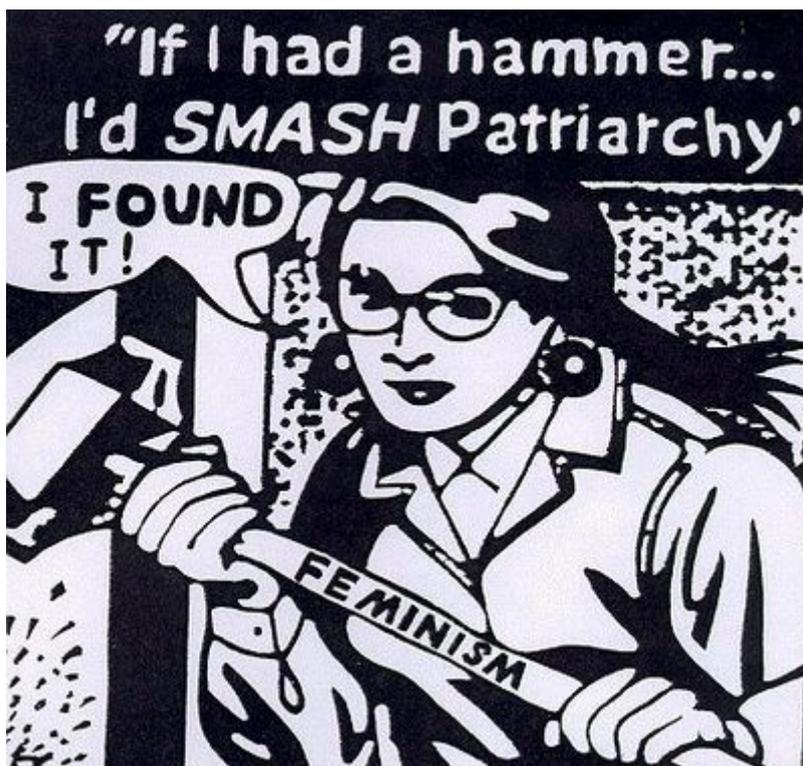


Imagem encontrada na ferramenta Google Imagens. Em tradução livre: “Se eu tivesse um martelo... eu esmagaria o patriarcado. Eu encontrei! Feminismo”.

A referência ao texto de Márcia Tiburi aqui, com a complementação da imagem anterior, refere-se a militância e ativismo feministas, como já mencionado anteriormente, sendo o livro de Tiburi voltado à população em geral – e não para a área acadêmica. A intenção aqui é demonstrar como está sendo disseminado, popularmente, o conceito patriarcado.

## Conclusões

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de caráter essencialmente bibliográfico. Foi feita uma leitura sistemática de *A mulher na sociedade de classes*, e, a partir dessa leitura, buscaram-se outros textos para responder às perguntas iniciais da pesquisa, já citadas na introdução. A intenção principal foi isolar o conceito de patriarcado, conforme aparece de forma embrionária já nessa obra<sup>64</sup>, o contexto de produção intelectual da obra da autora e outros usos do conceito de patriarcado na literatura feminista. Compreender o conceito, nesse sentido, demanda um processo constante de cotejar o texto recortado com outros textos, extraindo assim novos significados nessa dinâmica dialógica.

A leitura de *A mulher na sociedade de classes* foi feita em três etapas principais, ou, três leituras distintas do mesmo texto. A primeira etapa diz respeito à compreensão e interpretação do texto original: seus objetivos, fio condutor, justificativas, desenvolvimento e alcance do objetivo geral do texto. Desta etapa, fizeram-se anotações sobre os pontos citados, marcações no texto original (importante frisar que o texto original foi lido impresso, na edição de 2013 da Expressão Popular) e derivou-se a síntese e breve análise do livro posta nesta pesquisa no segundo capítulo. Os recursos metodológicos utilizados foram simultaneamente a realização de uma exegese da obra supracitada.

Na segunda etapa, buscou-se analisar a metodologia utilizada por Saffioti para a escrita de *A mulher na sociedade de classes*, no caso, a metodologia marxista. Para tanto, foram feitas leituras sobre o método em Marx, tanto de seus comentadores como de textos clássicos do autor, dentre eles, os *Grundrisse*, *A crítica da economia política* e *O Capital*. Nos textos de Marx, foram analisados aspectos considerados pertinentes para a sistematização da pesquisa de Heleieth Saffioti, bem como conceitos e verbetes que a autora utiliza em seu texto. Portanto, a leitura analítica de Marx para esta pesquisa partiu do próprio texto de Saffioti, com a leitura realizada na primeira etapa. Nesta segunda etapa, então, a leitura passa a ter um olhar para a metodologia marxista e novos grifos e

---

<sup>64</sup> Segundo a hipótese apresentada nesta pesquisa.

marcações foram adicionados ao texto original, muitas vezes, sobrepondo as marcações feitas durante a primeira etapa. Compreender a metodologia da autora fez-se fundamental para compreender de forma mais clara o caminho de construção do conceito de patriarcado.

Na terceira e última etapa da leitura de *A mulher na sociedade de classes*, focou-se o conceito de patriarcado especificamente (ou *patriarcalismo*, naquele momento) para sistematizar o fio condutor desta pesquisa: o conceito de patriarcado em Heleieth Saffioti. O objetivo principal foi verificar se existe, de alguma forma, um tipo de patriarcado embrionário em *A mulher na sociedade de classes*. A releitura feita nesta terceira etapa focou os conceitos de família patriarcal e patriarcalismo no Brasil colônia e império. Desta leitura, surgiram novos questionamentos para concretizar a pesquisa.

Para melhor compreender e interpretar este uso do conceito de patriarcalismo em Saffioti, buscaram-se na plataforma Scielo e Google Academics artigos a respeito deste conceito na literatura e no pensamento social brasileiro. Também a respeito desta leitura focada no conceito de patriarcado, chegou-se à conclusão de que o salto teórico mais importante da vida acadêmica de Saffioti, o conceito de “nó” (patriarcado-racismo-capitalismo) já estava ali, de forma embrionária, em *A mulher na sociedade de classes*. Para tanto, necessitou-se a leitura de *O poder do macho*, também de Saffioti, para comparar e identificar o que chamamos aqui de embrionário em seu livro inaugural, refinado posteriormente nessa segunda obra.

Sobre o conceito de patriarcado, partiu-se do verbete do *Dicionário crítico do feminismo* para buscar as autoras que abordaram o conceito inicialmente. Assim, chegou-se aos textos de Carole Pateman e Kate Millet, ambos da década de 1970. Dessa forma, buscou-se fazer uma genealogia do conceito, apontando seus diferentes usos na teoria feminista. Assim, a pesquisa se configurou como uma rede de leituras inter-relacionadas na qual um tema e tendência geral implicava novas leituras da obra recortada, o que implicou alterações no conjunto dos dados gerados a partir da reinterpretação do conceito durante o período da pesquisa. Os recursos metodológicos foram, em síntese, a exegese sistemática do texto em três momentos da pesquisa, a primeira para se familiarizar com os conceitos da

autora, a segunda a partir da compreensão mais refinada da metodologia marxista que guia seu pensamento e a terceira a partir das leituras de outras autoras sobre o mesmo tema – se configurou como várias revisitas ao pensamento de Safiotti.

\*\*\*.

Revisitando o trabalho de Heleieth Safiotti, foi possível resgatar de forma analítica a sua metodologia, o seu fio condutor e algumas questões das quais a autora “bebeu na fonte” ao escrever sua tese, sendo elas o conceito *fator sexo* utilizado do feminismo francófono ao qual teve acesso, e a literatura do pensamento social brasileiro a respeito da formação da sociedade brasileira, debruçando-se sobre, especificamente, a condição da mulher no capitalismo chamado de periférico.

A respeito dos objetivos propostos nesta pesquisa, o primeiro deles pretendia analisar a atualidade teórica da obra de Heleieth Safiotti para a teoria feminista. As seguintes perguntas foram feitas na introdução: Quais questões teóricas contemporâneas podem ser movimentadas revisitando o trabalho da autora? Quais seriam as continuidades e os deslocamentos de tais questões? Encontro as respostas, de certa forma, no primeiro capítulo exposto nesta dissertação: principalmente, a respeito da *divisão sexual do trabalho*, conceito ainda não existente no período em que Safiotti escreve *A mulher na sociedade de classes*, mas que, com sua análise a respeito da condição da mulher na sociedade de classes, principalmente sobre o trabalho feminino (“produtivo” e “improdutivo”), consegue-se movimentar essa questão a partir de seu fio condutor, ainda que os desdobramentos até a atualidade sejam vastos e complexos. Por essa questão, digo que alcanço “de certa forma” a resposta para a pergunta inicial. Durante a pesquisa e escrita, percebo que, para responder esta questão de forma profunda, seria necessária uma pesquisa somente para este fim.

Sobre a hipótese principal, de que o conceito de patriarcado encontra-se de forma “embrionária” em *A mulher na sociedade de classes*, expusemos como o entendimento da autora sobre a escravidão, a sociedade de castas, o

patriarcalismo no Brasil e a formação do capitalismo periférico se formam como um fio condutor do conceito que Saffioti trabalhará por toda a sua carreira acadêmica: a simbiose entre patriarcado-racismo-capitalismo. Este chamado fio condutor, traz à luz uma linha de raciocínio da autora a respeito do sistema de dominação-exploração que a mesma entenderá como patriarcal na sociedade brasileira, que, combinados à herança que a escravidão deixa no país pós-abolição, e à formação específica do capitalismo no Brasil, culminaria no conceito de “nó” chamado patriarcado-racismo-capitalismo, como a mesma aponta em *O poder do macho*. Assim, de maneira cumulativa, Saffioti percorre 25 anos de *estudos de gênero* no Brasil, sempre se debruçando sobre a condição da mulher na sociedade de classes, tanto em caráter acadêmico, como em caráter militante.

Para melhor elucidar o objetivo proposto, fez-se um resgate do conceito de patriarcado, de que forma fora utilizado nas ciências humanas e de que forma é utilizado na teoria feminista. Dessa forma, se estabelece uma conexão de sentido entre o que foi analisado na obra de Saffioti, e o que entende-se por *patriarcado* pela ótica feminista posteriormente. Como o livro de Kate Millet é publicado apenas um ano após o livro de Saffioti, e a autora já citava *A mística feminina* de Betty Friedan neste período, o elo entre as duas obras é bastante latente. Claro, com o adendo de que a obra de Saffioti têm como objetivo debruçar-se nas questões brasileiras.

\*\*\*

Há indícios de homologia estrutural entre as condições socialmente objetivas da vida das mulheres e a história de vida de Saffioti tal como relatada por ela:

- 1- Entre as possibilidades abertas de curso médio, ela fez o curso normal que preparava para uma ocupação “aconselhada” para as mulheres, dado que lecionar no magistério primário ocupava meio período do dia, liberando o tempo para as atividades domésticas e o cuidado com os filhos. Além disso, projetava-se, para o trabalho, a propensão cuidadora “natural” das mulheres.

- 2- A mudança para Araraquara foi para acompanhar o marido que assumiu uma cadeira na então recém criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
- 3- Há momentos de escolha, porém limitadas às condições vividas: o exemplo é a escolha em estudar Ciências Sociais ao invés de Pedagogia, opções possíveis para quem havia feito o curso médio de formação de professores primários.

Dessa forma, sem se render à força de condições sociais objetivas que podem ser sintetizadas na frase de Simmel, “nossa tarefa não é acusar ou perdoar, mas somente compreender” (2019), Saffioti não só compreendeu a sua vida mas também soube estender a compreensão para as condições de vida das mulheres em geral, transformando essas condições em objeto sensível de observação e interpretação.

\*\*\*

O encontro com a obra de Saffioti e refazer o seu percurso intelectual nas condições historicamente dadas, foram, para mim, mulher, formada na área de Ciências Humanas, professora, vivendo a fase adulta em pleno século XXI, portas abertas para a compreensão maior da condição social da mulher. Muito se transforma da década de 1960 para 2019, mas, também, muito se permanece. As transformações, encontro principalmente na esfera microssocial, na tomada de consciência por uma parcela significativa das mulheres, nos movimentos de luta que foram traçados durante todas essas décadas, e que nos foi tão caro para alcançar objetivos de igualdade na esfera política, jurídica e social.

No entanto, muito “assusta” a atualidade do livro de Heleieth Saffioti na maioria das esferas macrossociais. A respeito do trabalho feminino, pouco avançamos. Continuamos sendo a maioria da população e recebendo remunerações inferiores; acrescentando aqui o marcador de raça/etnia como ainda mais estratificatório, sendo a mulher negra a que recebe a pior remuneração nos dias atuais.

As “heranças” socioculturais nos sistemas de dominação do século XIX ainda são extremamente latentes, mesmo que hoje tenhamos ferramentas mais bem elaboradas para resistir.

O que fica desta pesquisa, para mim, é um melhor entendimento a respeito da produção de conhecimento feminista, tão rica e tão importante para a práxis, mesmo que discordemos em alguns aspectos sobre a forma.

O que fica pendente, ainda, e pensando em continuidade desta pesquisa, é buscar uma genealogia do conceito de patriarcado na teoria feminista brasileira, não apenas a partir da obra de Saffioti como fio condutor (que, aqui, foi tão importante por considerar embrionária) mas como UMA DAS obras que compõe um leque tão grande e complexo do conhecimento construído a respeito da teoria feminista.

## Referências bibliográficas

- ANDRADE, Joana El-Jaick. *O marxismo e questão feminina: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário*. 2011.
- AGUIAR, Neuma. *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo*. Soc. estado. vol.15 no.2 Brasília June/Dec. 2000.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BELSIEGEL, Celso de Rui. *Os primeiros tempos da pesquisa em Sociologia da Educação na USP*. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2013, vol. 39 (disponível em Scielo).
- BENGOA, Cristina Carrasco. *La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política*. In: *Con voz propia*. La oveja roja, 2014. pp. 25-47.
- BITTENCOURT, Naiara Andreoli. *Gênero, trabalho e marxismo: a luta das mulheres brasileiras e a construção de um direito insurgente*. Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015.
- BRANDÃO, G. M. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, n o 2, 2005. pp. 23-269.
- BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- COLLIN, Françoise. *Diferença dos sexos (teoria das)*. In: *Dicionário crítico do feminismo*. Helena Hirata... [et. al.] (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Versos, 2015.

- CORREA, Ana Maria Martinez. *Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo – memória da criação das escolas que vieram a integrar a UNESP*. ([www.cedem.unesp.br](http://www.cedem.unesp.br))
- CORREA, Mariza. Não se nasce homem. [www.clam.org](http://www.clam.org), 02-07-2019
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, Christine. *Patriarcado (teorias do)*. In: Dicionário crítico do feminismo. Helena Hirata... [et. al.] (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2009.
- FALQUET, Jules. *Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação?* In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. pp.37-46.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade III: O cuidado de si*. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. *Entrevista – Heleieth Saffioti por ela mesma: antecedentes de “A mulher na sociedade de classes”*. Revista Lutas Sociais, nº 27, 2º sem. De 2011. pp.70-81.

GONÇALVES, Renata. *O pioneirismo de A mulher na sociedade de classes*. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. *Lélia Gonzalez: uma rosa negra para novas primaveras!*. PLURAL, *Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v.26.1, 2019.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: *IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 29 a 31 de Outubro de 1980.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1952

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* (22) 2004: pp.201-246.

HILLENKAMP, Isabelle., GUÉRIN I. et C. Verschuur. *Cruzando os caminhos da economia solidária e do feminismo: passos para uma convergência necessária*. *Revista Economía*, vol. 69, n° 109, 05/2017, p. 43-60.

HIRATA, Helena. *Gênero, raça e classe: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. Junho de 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. *Cadernos de pesquisa*, v.7, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IANNI, Octávio. *Tendências do pensamento brasileiro*. *Revista Tempo Social*. São Paulo, 12(2), novembro de 2000. pp. 55-74.

KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: *Dicionário crítico do feminismo*. Helena Hirata... [et. al.] (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LOBO, Elisabeth Souza. *O trabalho como Linguagem: O gênero no trabalho*. BIB, Rio de Janeiro, n.31, pp. 7-16, 1º semestre de 1991.

LYNCH, Christian C. *Por que pensamento e não teoria? A Imaginação Político-Social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, n° 4, 2013. pp. 727-767.

- MANCUSO, Maria Inês Rauter. *Minhas memórias*. Memorial apresentado para obtenção do título de professora titular. UFSCAr. 2017.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. IN FORACCHI, Marialice M. (org.) Karl Mannheim – Sociologia, São Paulo, Ática, 1982.
- MARÇAL RIBEIRO, Paulo R. *História da Educação Escolar no Brasil: Notas para uma reflexão*. Paidéia, FFCLRP –USP, Ribeirão Preto, 4, fev/jul, 1993.
- MARTINEZ CORREA, Ana Maria. *Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo – memória da criação das escolas que vieram a integrar a UNESP*. [www.cedem.unesp.br](http://www.cedem.unesp.br) (2019)
- MARX, Karl. *A Mercadoria*. In: *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: E-books da Boitempo Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. IN BOTTOMORE. T.B. e RUBEL, M. (org.) *Sociologia e Filosofia social de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política. Volume 1, livro primeiro: O processo de produção do capital. Tomo 1 (Prefácios e capítulos I a VII)*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- SIMMEL, Georg. *As grandes cidades e a vida do espírito*. [www.scielo.br](http://www.scielo.br), 2019
- TANURI, L. M. *Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil. Pesquisa e planejamento*. São Paulo, v.13, dez.1970, p. 7-98.
- TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 8º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- MATOS, Vanessa Cristina Santos. *Um estudo histórico das relações de gênero e classe*. Revista Multidisciplinar da UNIESP. SABER ACADÊMICO – n ° 07 – Jun. 2009/ ISSN 1980-5950.
- MILLET, Kate. *Política Sexual*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974.

- NETTO, Paulo José. *Introdução ao estudo do método em Marx*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NOBRE, Miriam, *et al.* *Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Textos para la acción feminista*. São Paulo, Sempre Viva Organização Feminista, 2015.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- QUINTANEIRO, Tania. *Um toque dos clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Tania Quintaneiro, Maria Ligia de Oliveira Barbosa, Márcia Gardênia de Oliveira. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- RAGO, Margareth. 'Epistemologia Feminista, Gênero e História'. In: PEDRO, Joana M e GROSSI, Miriam P. (org.), *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.
- ROGERAT, Chantal. *Desemprego*. In: Dicionário crítico do feminismo. Helena Hirata... [et. al.] (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- \_\_\_\_\_. *A questão da mulher na perspectiva socialista*. In: Lutas Sociais nº 27, 2º sem. De 2011. NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP.
- \_\_\_\_\_. *Feminismos e seus frutos no Brasil*. In: SADER, Emir. Movimentos Sociais na Transição Democrática. São Paulo: Ed. Cortez, pp.105-157, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Gênero patriarcado violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Rearticulando Gênero e classe social*. In: BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de O. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- SILVEIRA, Maria Lúcia; FREITAS, Taís Viudes de. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1992b.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Tudo é História; 145).

VILLELA, H.O.S. *A primeira escola normal do Brasil*. IN Clarice Nunes (org.) *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, 1992, p 17-42.

WEBER, Max. *Economia e sociedade. Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, vol I. São Paulo: UnB e Imprensa oficial, 2001.

WELZER-LANG, Daniel. *Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo*. In: SCHPUN, Mônica Raisal (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc: 2004.

ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007.